



UFBA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ECONÔMICA**

**CAIO BANDEIRA NASCIMENTO SILVA**

**A Tendência da Queda da Taxa de Lucro e a Desvalorização do Trabalho:  
Uma Análise da Crise do Capitalismo.**

**SALVADOR  
2015**

**CAIO BANDEIRA NASCIMENTO SILVA**

**A Tendência da Queda da Taxa de Lucro e a Desvalorização do Trabalho:  
Uma Análise da Crise do Capitalismo.**

Trabalho de conclusão apresentado ao de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal  
da Bahia requisito parcial para obtenção do  
Grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas  
Balanco

Área de Concentração: Economia Política

**SALVADOR  
2015**

**CAIO BANDEIRA NASCIMENTO SILVA**

**A Tendência da Queda da Taxa de Lucro e a Desvalorização do Trabalho:  
Uma Análise da Crise do Capitalismo.**

Trabalho de conclusão apresentado ao de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Economia.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

**Prof. Dr. Paulo Balanco.**  
Universidade Federal da Bahia

---

**Prof. Dr. Jorge Nóvoa**  
Universidade Federal da Bahia

---

**Prof. Dr. Renildo Souza**  
Universidade Federal da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus Pais, que me ensinaram a ler, escrever e me obrigaram a passar as tardes fazendo caligrafia (o que pouco adiantou, porém, valeu o esforço!). Agradeço também à minha tia Fal pelo tom da sua voz, que como alto falante me acordava para ir as aulas; à minha querida Tia Analice, que apesar de seus cochilos rotineiros e espontâneos me ensinou a paciência da vida; ao meu Tio Fernando pelo suporte psicológico e intelectual; ao meu irmão por ter sido irmão mais velho a vida toda e por sempre querer o melhor para mim. Agradeço ainda à minha adorada esposa Catarina, pois sem ela nunca teria conseguido escrever alguma coisa útil na vida; aos primos Fernanda, Thyara, Maria Paula e Elton por terem me acompanhado esse tempo todo.

Ao meu orientador, prof<sup>o</sup> Paulo Balandó, pela imensa paciência e ao meu co-orientador prof<sup>o</sup> Jorge Nóvoa agradeço pelo ânimo e pela crença nos seus orientandos. A todo colegiado da graduação pela presteza, ao professor Henrique Thomé pelos ensinamentos na Faculdade. Aos colegas da Graduação, principalmente aos companheiros de Militância.

A toda galera da FAB, do Bond e do Avante, e, por fim, aos meus amigos e irmãos do Grupo Sementes de Aruanda, principalmente aos invisíveis que sempre me acompanham.

## RESUMO

O objetivo desta monografia é compreender como a desvalorização do trabalho no capital financeiro contribuiu para o declínio do atual sistema econômico, através da análise da crise de 2008 nos Estados Unidos. Partimos do pressuposto que o avanço da financierização da economia é resultado de um processo de *mundialização do capital* que conseqüentemente promove uma redução da mais valia contida na produção da mercadoria. Para tanto, além da abordagem teórica apresentada por Marx, discutiremos a contemporaneidade da lei tendencial da taxa de lucro tendo como subsídio empírico os dados quantitativos fornecidos por fontes primárias, como o Bureau of Economic Analysis; e por fontes secundárias, através dos dados fornecidos pelo Andrew Kliman em seu artigo *State Capitalism and a New New Deal*” panel, *Left Forum, New York City, April 18, 2009*. Com esses dados visualizaremos o avanço do processo de mundialização do capital em conjunto com a validade das leis que contrariam a tendência da queda da taxa de lucro. A hipótese que será defendida ao longo desse trabalho é que a desvalorização do trabalho inicialmente é consequência da tendência da queda da taxa de lucro e posteriormente a acelera, fato que contribui com a crise econômica de 2008. Além de Marx, outros autores que servirão de aporte teórico para análise do problema exposto, como: David Harvey (2011 e 2013), Ernest Mandel (1975), Moishe Postone (2006), François Chesnais (2012), Isaak Rubin (1987) e Andrew Kliman (2009/2010).

Palavras -chave: Teoria do valor; Taxa de lucro; Trabalho.

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to understand how the devaluation of work in the financial capital contributed to the decline of the current economic system, by analyzing the 2008 crisis in the United States. We assume that the advance of financerização the economy is the result of a process of globalization of capital which in turn promotes an increased reduction of the surplus value contained in the production of mercadoria. Para both, plus the theoretical approach presented by Marx, we will discuss the contemporary the law of the profit rate of the trend having as empirical grant the quantitative data from primary sources such as the Bureau of Economic Analysis; and secondary sources, using data provided by Andrew Kliman in Article State Capitalism and the New New Deal "panel, Left Forum, New York City, April 18, 2009. With this data we visualize the advance of capital globalization process together with the validity of laws that run counter to the trend of falling rate of profit. The event will be held soon to this work is that the devaluation of work accelerates the trend law of falling profit rates, a fact that caused the economic crisis of 2008. In addition to Marx, other authors who will serve as a theoretical framework for analysis of the problem above, which are: David Harvey (2011 and 2013), Ernest Mandel (1975), Moishe Postone (2006), François Chesnais (2012), Isaak Rubin (1987) and Andrew Kliman (2009/2010).

Key-words: Theory of value; Profit rate; Work.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Taxa Média Percentual de Emprego e Produtividade dos EUA.....	46
--	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A LEI DO VALOR</b>	<b>13</b>
2.1	A TEORIA DO VALOR	14
2.2	A TENDÊNCIA DA QUEDA DA TAXA LUCRO	23
<b>2.2.1</b>	<b>A Taxa de Lucro e suas contras tendências</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITAL FINANCEIRO</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>A CRISE DE 2008</b>	<b>37</b>
4.1	A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DE DADOS EMPIRICOS	43
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>53</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é compreender como a desvalorização do trabalho contribuiu para o declínio do atual sistema econômico, através da análise da crise de 2008 nos Estados Unidos. Além de considerar os desdobramentos devastadores da mais recente crise econômica, a escolha desse objeto justifica-se pela necessidade de rever alguns conceitos de Karl Marx, como a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro. Além disso, pretende-se relacionar a desvalorização do trabalho com a aceleração dessa tendência, considerando também o intenso processo de financierização da economia.

É preciso ponderar, a princípio, que a desvalorização do trabalho é fruto de uma série de condicionantes, tornando-se um conceito amplo. O constante ataque do neoliberalismo ao trabalho acarreta na constante precarização, redução salarial, terceirização, redução de direitos trabalhistas, entre outros fatores que atingem a segurança e a saúde do trabalhador. Todos esses fatores sempre fizeram parte do conflito entre capital e trabalho, logo, não seria adequado tornar tais variáveis como as responsáveis pela mais recente crise do capitalismo. Contudo, é necessário também compreender a desvalorização do trabalho como parte do processo de redução do trabalho produtivo e aumento do trabalho improdutivo, e sob essa dimensão é possível relacioná-la com a crise econômica contemporânea.

Esta monografia apresentará uma matriz teórica diversificada, composta por autores clássicos da teórica marxista e autores marxianos da nova crítica do valor. Além de Marx, serão apropriadas algumas abordagens de autores como David Harvey (2011) e (2013), Ernest Mandel (1975), Moishe Postone (2006), François Chesnais (2012), Isaak Rubin (1987) e Andrew Kliman (2009) e (2010). Apesar de alguns autores divergirem em suas teses, eles apresentam resultados relevantes para a comprovação deste estudo. A adoção da estratégia de ampliar o leque bibliográfico - aparentemente contraditória - é justificada diante da carência de estudos específicos que relacionem a desvalorização do trabalho e a redução da taxa de lucro. Os critérios utilizados para a fundamentação teórica satisfizeram algumas condições diferenciadas para cada autor, pois em cada caso particular eles: retomaram a importância da produção do valor na economia; atualizaram a discussão da lei tendencial da queda da taxa de lucro, construindo um paralelo com a atual crise do capitalismo; estabeleceram uma narrativa da crise de forma ampla, não somente sob o viés econômico; destacaram o papel do trabalho como variável crucial na intermediação das relações sociais ou, por fim, fizeram uma crítica do trabalho no capitalismo.

Além da abordagem teórica, discutiremos a contemporaneidade da lei tendencial da taxa de lucro tendo como subsídio empírico os dados quantitativos fornecidos por fontes primárias, como o Bureau of Economic Analysis; e por fontes secundárias, através dos dados fornecidos pelo Andrew Kliman em seu artigo *State Capitalism and a New New Deal” panel, Left Forum, New York City, April 18, 2009*. Com esses dados visualizaremos o avanço do processo de mundialização do capital em conjunto com as validades das leis que contrariam a lei tendencial da queda da taxa de lucro. A hipótese que será defendida ao longo dessa monografia é que a desvalorização do trabalho acelera a lei tendencial da queda da taxa de lucro, fato que ocasionou a crise econômica de 2008.

O desenvolvimento desse trabalho requer, principalmente, que se amplie a discussão da Lei do Valor, já que nesse estágio de acumulação percebemos uma dicotomia entre a redução do trabalho vivo da produção econômica e o crescimento da economia capitalista. Tendo por base a obra *O Capital*, em que algumas considerações da *Lei do Valor* e *Taxa de Mais Valia* são discutidas, retomaremos a trajetória do estudo do *Capital*, considerando a complexidade do capitalismo analisado por Marx.

A monografia será dividida da seguinte forma: no capítulo inicial será apresentada a Lei do Valor, com base no *Capital* Volume I. Exploraremos os conceitos de mais-valia, composição orgânica do capital e taxa de lucro - observando as formas como essas variáveis se relacionam na presença da lei tendencial a queda da taxa do lucro - e, por fim, discutiremos as suas contra-tendências e a busca do lucro médio no capitalismo. Neste capítulo utilizaremos para complementar a abordagem de Marx autores como: Isaak Rubin (1987), David Harvey (2013), Erneste Mandel (1975) e Sweezy (1983).

Torna-se essencial iniciarmos a discussão apresentando a interpretação de alguns autores marxistas tradicionais, principalmente no que tange a lei do valor, já que, é a partir dela que desdobraremos os demais conceitos. Essa lei, a partir da proposta apresentada por Rubin (1987), precisa ser elevada à condição de valor social, pois não pode existir uma abordagem teórica distinta da realidade do capitalismo contemporâneo. A hegemonia do capital financeiro e o crescimento contínuo do trabalho improdutivo tem como contrapartida a redução do trabalho vivo na economia, e, sob essa condição, que discutiremos a Lei Tendencial da Queda da Taxa do Lucro. Por conta do seu papel social no equilíbrio da economia capitalista, a Lei do Valor tornou-se mutável e sensível as alterações conjunturais, resultado de diversas mudanças no padrão de

acumulação. Assim, todas as variáveis que a definem estão sujeitas a se comportarem de diversas formas, obedecendo a esses diferentes padrões. Logo, a grande luta do Capital é equilibrar a lei do valor para que suas contradições sejam minimizadas. Entretanto, tais tentativas são ínfimas quando a busca pela massa global de lucro é o único objetivo da economia capitalista. Esse elemento singular da sua existência é sua própria condenação, pois a corrida incessante pelo lucro e pela sobrevivência só intensifica suas contradições, levando as crises cada vez mais agudas e de proporções maiores, a exemplo da última crise vivida pelo capitalismo financeiro no ano de 2008.

Em seguida, discutiremos a abordagem marxiana da Lei do Valor, com base na obra *Tempo, Trabalho e Dominação Social*, do historiador da Universidade de Chicago Moishe Postone (2014) e de seu artigo *Teorizando o mundo contemporâneo. Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey*. Neste capítulo será aprofundada a discussão de um elemento crucial da Lei do Valor: o comportamento do trabalho no capital financeiro. A discussão promovida por Postone (2014) analisa a desvalorização do trabalho através da crítica às teorias tradicionais marxistas. Postone propõe que a teoria de Marx não deve ser compreendida como uma teoria da distribuição, e sim da produção. Isso porque, para o autor, apenas a distribuição não eliminaria a existência do capitalismo, pois, assim sendo, transformaríamos o socialismo em uma simples teoria de gestão de recursos. O autor conclui que para extinguir o capitalismo seria preciso eliminar o trabalho como fonte de riqueza social, pois o mesmo intermedia as relações sociais. O duplo caráter do trabalho, entretanto, seria a resposta para compreender que tipo de trabalho precisaria acabar.

A partir tal análise, constataremos que o trabalho é a principal variável da lei do valor; e, por conta disso, o comportamento do trabalho no capital financeiro também influenciaria a dinâmica do próprio sistema econômico. Logo, a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, na hegemonia do sistema financeiro, constitui uma relação inicialmente de causalidade, e, posteriormente, se relacionaria de forma dialética com a desvalorização do trabalho. Afinal, apesar da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro causar a desvalorização do trabalho, com o passar do tempo e a medida em que o capitalismo financeiro intensifica suas relações, ambos se confundem em efeito e causa de tal maneira que a desvalorização do trabalho no capital financeiro acelera a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro e a última redimensiona a força produtiva. Isso ocorre não no âmbito da produção em si, mas na sua distribuição, criando uma gama de trabalho improdutivo para o capital financeiro.

Portanto, diante desse contexto, a teoria de Marx, como está posta pelos marxistas tradicionais, tornou-se insuficiente para entendermos a crise econômica do sistema financeiro já que se faz necessário um aporte teórico que faça uma crítica do trabalho no capitalismo financeiro, e, ao mesmo tempo, conceitue o capitalismo para além da propriedade privada dos meios de produção. Apesar de Postone não ser um “teórico da Crise”, suas análises sobre o trabalho são fundamentais para compreender a Crise, e, portanto, são fundamentais para a defesa da nossa hipótese.

No último capítulo abordaremos o histórico e a conjuntura da crise econômica de 2008. A crise financeira deve ser entendida não apenas como derivada de um fator exclusivo, pois, assim como os capitais se diversificam, o cenário econômico é consequência da maneira como diferentes capitais interagem. Entretanto, a multiplicidade de diversos capitais em estágios de maturidade distintas, a exemplo do capital produtivo e do capital financeiro, não excluiu a existência de uma forma hegemônica que determinou o modelo de acumulação dominante e que estabeleceu o comportamento dos demais na economia capitalista. Desta maneira, é inegável que existem diversos parâmetros que influenciaram a crise econômica de 2008, contudo, julgamos decisiva a desvalorização do trabalho, como um dos elementos de desestruturação da ordem financeira da economia. Essa desvalorização do trabalho é um fator contínuo que, em essência, inicia-se como expressão da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro. O problema da desvalorização do trabalho ainda revela um outro lado da crise econômica de 2008: a superprodução do capital. Para elucidar essa questão trataremos os trabalhos de Duménil e Lévy (2006), David Harvey (2011), Chesnais (2012) e o Cris Harman (2007). Por fim, construiremos as análises das variáveis, tendo por referência a produtividade do trabalho, emprego, os tipos de trabalho e a taxa de lucro da economia dos Estados Unidos. Vamos comparar esses dados a fim de compreender a importância do comportamento do trabalho na crise econômica de 2008.

Essa monografia apresentará os dois lados da tendência da queda do lucro: o primeiro caracterizado pela desvalorização do trabalho e o segundo pela superprodução de capitais. A desvalorização do trabalho, como algo contínuo, é fruto do avanço tecnológico que objetiva reduzir o preço da mercadoria e, ao mesmo tempo, sobreviver à competição existente entre empresas da economia capitalista. Ao mesmo tempo em que isso seria um artifício para a progressão do sistema econômico, também aprofunda suas contradições, visto que esse processo acarretará na incapacidade de extrair cada vez mais a mais valia gerada no processo produtivo. Ao longo deste estudo explicaremos como essa contradição envolve o sistema e provocou a crise econômica de 2008.

## 2 A LEI DO VALOR

A lei do valor é o elemento crucial para compreendermos de que forma a desvalorização do trabalho é o motivo catalizador da crise. Entretanto, esta lei teve diferentes interpretações que perpassam desde a teorização proposta por Rubin (1987) na *Teoria do Valor em Marx* até a revisão feita por Moishe Postone (2014) em seu livro *Tempo, Trabalho e Dominação Social*. Neste capítulo abordaremos o conceito do Valor de Uso e Valor de Troca, para então relacionarmos com a lei tendencial da queda da taxa do lucro.

O progresso do capitalismo é um processo de acumulação de excedente. Esse excedente também é fruto do aumento da produtividade do trabalho, resultante das alterações no padrão tecnológico que reduzem os custos totais, mas, ampliam a exploração. Esse sistema de apropriação do trabalho será crucial para a formação do lucro. Por conseguinte, no modo de produção capitalista o peso do trabalho na produção, é determinante do lucro gerado no processo produtivo de uma mercadoria. Entretanto, para compreendermos a reprodução do sistema capitalista é importante começarmos pela Lei do Valor, pois, é através dela que a mercadoria se expressa e por ela que visualizaremos a redução da taxa de lucro.

Além desse primeiro aspecto, deve-se considerar que no momento em que se altera o trabalho cristalizado na mercadoria, e conseqüentemente seu valor, é possível verificar as flutuações e mudanças na taxa de lucro contido em uma determinada mercadoria. Portanto, precisaremos construir um paralelo da relação existente entre o mais valor e o lucro na produção de uma mercadoria. Em meio a essa problemática, uma questão é posta, a saber: se o valor de troca da mercadoria é o tempo de trabalho necessário para sua produção, qual o efeito da redução do trabalho contido na produção de uma mercadoria? Os caminhos para elucidar essa questão estão expostos no livro *Tempo, Trabalho e Dominação social*, obra em que alguns conceitos, tais como a *Lei do Valor* e da *Taxa de Mais Valia*, são discutidos. Sendo possível, a partir das formulações propostas por Postone (2014), traçar um paralelo com a Teoria da Lei Tendencial a Queda da Taxa do Lucro presente no livro de Marx, *O Capital - Volume III*.

A compreensão categórica da mercadoria é o ponto inicial na explicação da teoria do valor. A análise da mercadoria em uma economia mercantil capitalista é a forma material em que se expressa o valor. Segundo Marx, a mercadoria é antes de tudo um objeto externo, uma coisa, a qual pela sua propriedade satisfaz as necessidades humanas, que se origina do estômago ou da

fantasia, a utilidade dessa coisa faz dela detentora do valor de uso (MARX, 1983, Livro I, p 45). Esse valor de uso fornece a essa mercadoria uma característica própria.

O valor analisado por Marx é o valor de uma mercadoria produzida em um determinado grau de estágio do capitalismo. Sujeito, então, das transformações que impactam na produção, ou na produtividade do trabalho, pois, segundo o autor:

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este, muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições materiais. (MARX, 1983, Livro I, p 48).

Nesse aspecto constatamos três elementos. No primeiro, a determinação do valor de uma mercadoria é volátil ao tempo de trabalho necessário para sua produção; conseqüentemente, a medida em que as forças alteram esse tempo de trabalho, modificam também a sua grandeza, já que:

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para sua produção de um artigo, tanto menor a massa dele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor muda de uma mercadoria na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.” (MARX, 1983, Livro I, p 49).

O valor, por sua vez, contém o trabalho na sua formulação geral; logo, a definição do valor nada mais é que o segundo passo para definirmos o papel do trabalho na teoria de Marx. Esse trabalho, refletido na mercadoria, possui um duplo caráter, expresso pela força de trabalho abstrato e pelo trabalho útil. Sobre o trabalho, Marx ponderou que:

O processo do trabalho considerado abstrato, é uma atividade orientada afim de produzir valores de uso, a apropriação da natureza para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza (MARX, 1983, Livro I p 146).

O trabalho cuja à utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamamos em resumo, trabalho útil. (MARX, 1983, Livro I, p 50).

Toda mercadoria só existe enquanto tal quando oriunda do trabalho. É também nele que seus valores estarão presentes em um universo de valores de usos diversificados, que origina o processo de divisão social do trabalho. Como a divisão social do trabalho tornou-se também uma condição de existência para a produção da mercadoria, surgiu, então, um sistema complexo de trabalhos autônomos, que desenvolveu uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis. Em *Para Entender o Capital*, David Harvey (2013) afirma que:

O surgimento da troca de mercadoria faz com que o tempo de trabalho socialmente necessário se torne a força norteadora do interior do modo de produção capitalista. Desse modo o valor como tempo de trabalho socialmente necessário é algo historicamente específico do modo de produção capitalista. Ele surge apenas em uma situação em que o mercado cumpre a tarefa que se exige dele. (HARVEY, 2013, p. 42).

Os valores de troca, expressos nessa ambiguidade da mercadoria, aparecem como uma relação quantitativa, na proporção em que valores de uso se trocam com valores de uso de outra natureza. Segundo Ernest Mandel (1975) esses valores de troca surgem numa sociedade onde a troca é vulgarmente praticada. Nesse contexto, para o último autor, a análise da mercadoria só se torna completa quando passamos a considerá-las como produto do trabalho, visto que:

Uma das consequências do aparecimento e da generalização progressiva da produção de mercadoria é que o próprio trabalho começa a torna-se em qualquer coisa regular, numa coisa medida, quer dizer o próprio trabalho deixa de ser uma atividade integrada nos ritmos na natureza. (MANDEL, 1975, p. 11)

O duplo caráter do trabalho, segundo Rubin (1987), reflete a diferença entre o processo técnico – material de produção e sua forma social. Essa é a principal diferença que há entre o trabalho concreto e abstrato, expresso na oposição de valor de uso e valor. Ainda conforme Rubin:

A teoria sobre o valor é construída sobre dois fundamentos básicos: 1) A teoria da forma do valor como uma expressão material do trabalho abstrato, que pressupõem, por sua vez, a existência de relações sociais de produção entre produtores mercantis autônomos, e 2) A teoria da distribuição do trabalho social e a dependência da magnitude do valor com respeito à quantidade de trabalho abstrato, que, por sua vez, depende do nível de produtividade do trabalho. (RUBIN, 1987, p. 89)

Com essa afirmação, o autor conclui que em uma economia mercantil capitalista a teoria do valor analisa a forma social do valor e a forma como o processo de distribuição do trabalho é levado. Ou seja, sua análise pressupõe como componentes: o trabalho como elemento capaz de criar novos valores.

Conforme em que a complexidade do trabalho se intensificou, uma gama de valores de uso, cristalizado pelo trabalho, transformou a simples relação de troca em um processo abstruso de troca característico de uma sociedade industrializada. A partir de então, o sistema se dinamizou a tal ponto que o dinheiro tornou-se a forma única de dimensionar os valores de uso produzidos pelas mercadorias, uma forma universal do valor. A mercadoria dinheiro que apareceu em determinado estágio de organização da sociedade, reflete a necessidade de um sistema de relações de troca que se propaga cada vez mais (HARVEY 2013, p. 44). Ainda, segundo o Harvey, essa é a única maneira de se expressar o valor de uma determinada mercadoria.

Compreende-se que o valor de troca de uma mercadoria só existe quando nele é incorporado o trabalho, o trabalho socialmente necessário. Esse tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para a produção de um valor qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. (MARX, 1983, Livro I, p 48).

Os três conceitos expostos anteriormente, valor de uso, valor de troca e trabalho, se relacionam de forma dialética no processo produtivo, e o nível de interpelação se amplia com a complexidade da produção capitalista e, conseqüentemente, das relações sociais. Segundo Mandel (1975):

Quanto mais a produção de mercadorias se generaliza tanto mais o trabalho se regulariza, e mais ainda a sociedade se organiza em torno de uma contabilidade fundamentada no trabalho.

O consumo da força de trabalho, demonstra o controle do capitalista sobre o trabalhador e a produção. Nessa relação de propriedade pertence, então, ao capitalista o valor oriundo do trabalho. Cabe também ressaltar a separação do trabalho, da mercadoria produzida e o papel do operário na produção dessa coisa, ou mercadoria. Desta maneira, Marx torna evidente o olhar do capitalista sobre o significado do trabalho:

No seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, que só pode no entanto consumir, ao acrescenta-lhes meios de produção. O processo de trabalho é o processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertence. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua Adega (MARX, 1983, Livro I, p 147).

É possível perceber que existe uma relação análoga entre formação do valor de uma mercadoria e trabalho socialmente necessário para sua produção. Essa condição permite concluir que se o lucro do capitalista é parte do trabalho que extrapola a fração socialmente necessário para a produção da



mercadoria, toda a produção capitalista se baseia na relação existente entre capital e trabalho. Por enquanto, admitimos que o valor de troca da mercadoria é condição *sine qua non* do tempo de trabalho socialmente necessário. Assim, quando esse último elemento é modificado, altera-se seu valor de troca. Para entender essa mudança abordaremos adiante como o capital variável, representado pelas forças produtivas, se relaciona com o capital global necessário para haver produção.

Reconhece-se que no atual estágio de desenvolvimento da produção capitalista, há um certo grau de desenvolvimento tecnológico, que tende à redução da quantidade de trabalho inserida e do tempo de produção da mercadoria. Conforme explicitada por Marx:

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é o meio de produção da Mais – Valia. (MARX, 1983, p. 7).

Nessa mesma perspectiva, Rubin (1987) defende que o trabalho está oculto por trás do valor. O autor afirma que a teoria do valor não se baseia apenas nas transações de troca, e sim, pode ser compreendida como um reflexo das relações sociais de produção que se expressa nas relações de troca. A teoria do valor, tendo por base tal pressuposto, busca desenvolver alguns pontos, a saber: a relação social entre pessoas; o seu relacionamento com o processo de produção e a sua veracidade empírica.

Tais condições tornam a compreensão da lei do valor relevante ao analisarmos o esgotamento de um regime de acumulação, entretanto, não confere a ela uma responsabilidade total sobre a crise. Cabe, então, apresentarmos os elementos que aproximam a teoria do valor desse contexto de crise, contribuindo para a compreensão de um sistema mais complexo diferenciado da sua forma mercantil, visto que, agora encontra-se extremamente integrado pelo capital financeiro. Rubin (1987) reafirma a tese de que o valor é uma forma social, adquirida pelo produto do trabalho no contexto de determinadas relações de produção entre as pessoas. Segundo o autor:

Devemos passar do valor como magnitude quantitativamente determinada para o valor abordado como uma forma social qualitativamente determinada. Em outras palavras, devemos passar da teoria da “magnitude do valor para a teoria da “forma do valor. (RUBIN, 1987, p 83).

Ao afirmar a forma social da teoria do valor, Rubin (1987) apresenta a discussão do trabalho como elemento crucial da relação trabalho – produção em uma sociedade, e não enquanto um setor

técnico de produção. Assim, a teoria do valor é responsável pelas formas sociais em que o trabalho se organiza, já que:

A teoria do valor não trata do trabalho enquanto fator técnico de produção, mas da atividade de trabalho das pessoas como a base da vida da sociedade e das formas sociais sob as quais este é realizado. Sem a análise das relações trabalho – produção da sociedade, não existe Economia Política. (RUBIN 1987, p 98).

Neste contexto, explicar a teoria do valor é elucidar também o comportamento do trabalho. Uma vez que o trabalho representa uma substância do valor, pode-se encontrar o nexos existente entre valor e trabalho. Podemos, a partir de tal assertiva, entender a importância dessa teoria na compreensão de um capitalismo contemporâneo. Este componente será fundamental para a explicação da crise de 2008, pois, o limite na reprodução do sistema financeiro encontra-se na forma como o trabalho se organiza ou no momento em que este se “desvaloriza”.

A acumulação capitalista se estabelece de forma dependente da disponibilidade da força de trabalho, pois ela necessita da exploração do trabalho para se reproduzir. Entenderemos, agora, como essa relação se expressa e como ela é transformada em lucro para o capitalista.

O trabalho produtivo assumiu, ao longo do processo de acumulação, o produto comum do trabalho coletivo; sua função está restrita à produção do seu excedente e sua função social é ser produtivo para o capital. A produção capitalista não é mais, somente, a produção da mercadoria; ela é fundamentalmente a produção de mais-valia, pois:

O trabalhador produz não mais para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza geral. Ele tem de produzir mais valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista ou serve de auto valorização do capital. (MARX, 1983, p. 106)

A chave para a compreensão da Mais-Valia encontra-se na jornada de trabalho. Enquanto essa se prolonga, produz um mais valor que é apropriado pelo capitalista. Essa apropriação exercida na duração da jornada de trabalho é denominada de Mais-Valia Absoluta. Entretanto, quando prolonga-se o mais valor através da redução do tempo de trabalho necessário, denomina-se Mais - Valia Relativa. Marx afirma que:

O prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais – trabalho pelo capital – isso é a produção da mais valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais valia relativa. Com este, a jornada de trabalho

está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais trabalho. Para prolongar o mais trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais os equivalentes do salário é produzido em menos tempo. (MARX, 1983, p 106).

Compreende-se então, que a Mais-Valia se origina do Capital, ou seja, de um capital emprestado que se valoriza ao final do processo produtivo. Para entender essa dinâmica na obra de Marx, é necessário expor a definição da taxa de lucro, para através dela visualizarmos a taxa de exploração e a taxa de lucro.

A relação entre a Mais Valia e a taxa de lucro é um dos principais elementos para a compreensão da lei tendencial da queda da taxa de lucro; é nela que o Capital se movimenta em torno da exploração do trabalho e, conseqüentemente, na produção do mais valor. A taxa da Mais Valia é a essência da taxa de lucro e é por ela que se explica a valorização da mercadoria. A Mais Valia consiste, em ser o excedente do valor da mercadoria sobre o preço de custo (MARX, 1983, Livro III, p. 34), aquilo desembolsado pelo capitalista que oferece a condição necessária para a reprodução do trabalho.

Essa taxa de Mais Valia, expressa no capital global, como apresentada inicialmente pela fórmula  $m/v$ , passa a ser expressa como taxa de lucro quando analisada a “m” em relação ao capital global, dada pela expressão  $m/c+v$  ou  $m/C$ . Para Marx,

A mais valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais valia; a taxa de mais valia medida segundo o capital global se denominada taxa de lucro. São duas edições diferentes da mesma grandeza que, devido a diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza (MARX, 1983, p.34).

No momento em que a taxa de Mais Valia assume a forma da taxa de lucro, também é possível observar que as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital, não se constituem somente no processo de produção ou da circulação, como foi apresentado no primeiro e no segundo livro do Capital. No Capital III, Marx expõe como o Capital se defronta com ele mesmo:

A produção da mais valia, bem como a o valor de modo geral, ganha, como mostrado anteriormente, novas determinações no processo de circulação; o capital percorre o círculo de suas transformações; por fim, ele passa, por assim dizer, de sua vida orgânica interior para relações vitais exteriores, para relações nas quais se defrontam não capital e trabalho, mas, por um lado, capital e capital e, por outro, os indivíduos novamente como simples comprador e vendedor; tempo de circulação e tempo de trabalho se entrecruzam em seu curso e, assim, ambos parecem determinar por igual a mais valia; a forma original, em que o capital e trabalho assalariados se defrontam, é

disfarçada pela intromissão de relações aparentemente independentes dela; a própria mais valia não aparece como produto de apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente do preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo e por isso este último facilmente se apresenta como seu verdadeiro valor, de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias acima de seu valor imanente.(MARX, 1983, Livro III, p 35).

A apropriação e exploração do trabalho entra nessa relação sob o disfarce de preço, ou um excedente do preço de venda em relação ao preço de custo, no qual, aparentemente o lucro aparece como uma mera relação de negociação ou estratégia de concorrência do capitalista. O salário, nessa lógica, passa a ser interpretado como um valor negociado e economizado como qualquer valor de uma matéria prima, e o mais trabalho perde seu caráter específico, acentuado pelo fato de todas as partes do capital aparecerem igualmente como fontes de valor excedente (lucro).

## 2.2 A TENDÊNCIA A QUEDA DA TAXA DE LUCRO

A partir do incremento de elementos como a concorrência, redução dos preços da mercadoria, do tempo da produção e dos custos; assim como a expansão da produção e maior velocidade na circulação da mercadoria, o processo produtivo sofre mudanças estruturais. Essas alterações possuem relação com as diversas expressões do capital na economia capitalista, que tem como principal característica o incremento da tecnologia no processo produtivo. Entretanto, o acréscimo do capital fixo na economia capitalista, por outro lado, constrói seu próprio declínio. O que em aparência se revela como salvação para a manutenção do lucro, em essência, alimenta sua própria crise, já que, ao mesmo tempo em que observamos o aumento do capital fixo no processo produtivo, reduzimos cada vez mais o capital variável presente neste ciclo de produção da mercadoria. Com isso, mais uma contradição torna-se presente neste sistema, a saber: se a fonte de lucro está no capital variável, como se comporta o lucro diante dessa contradição?

Essa questão pode ser solucionada a partir do que Marx denomina da Lei Tendencial da Queda da Taxa do Lucro, que se expressa pela redução do trabalho vivo na produção capitalista. A taxa decrescente de lucro apresenta-se de maneira diferente em diversos países, pois, apesar de ser uma lei universal, ela se está atrelada ao estágio do desenvolvimento da produção capitalista local. Segundo Marx:

A lei decrescente de lucro, em que se expressa uma taxa igual ou até mesmo ascendente de mais – valia, significa, em outras palavras: dado um quantum determinado do capital social médio, tornando-se por exemplo um capital de 100, representam-se numa parte sempre maior do mesmo os meios de trabalho e numa

parte sempre menor o trabalho vivo. Como, portanto, a massa global de trabalho vivo agregado a os meios de produção cai em relação ao valor desses meios de produção, assim também caem o trabalho não-pago e a parte de valor em que ela se representa, em relação ao valor do capital global adiantado. Ou: uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia, embora a proporção da parte não-paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer. O decréscimo proporcional do capital variável e o aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam absolutamente, é como se disse, apenas outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho. ( MARX, 1983, p. 166).

Contudo, não é possível concluir que a redução do capital variável reduz o lucro de forma imediata. A lei de redução da taxa do lucro se expressa na medida em que o incremento do capital fixo é gradual e contínuo. Outra ressalva condizente a essa mudança da composição orgânica do capital, é que esta lei não exclui o fato do crescimento da massa absoluta de trabalho em movimento e explorado pelo capital. A explicação decorre do fato de que essa alteração não reduz a exploração. Ao contrário, ela a intensifica no momento em que necessita extrair o mais trabalho de um número menor de trabalho vivo em um ritmo maior. Porém, esse crescimento oriundo da massa absoluta de trabalho não é proporcional ou maior que o aumento do capital fixo. Assim, quando analisado no capital global, a taxa de lucro se torna cada vez menos. Diante disso, Marx ressalta que:

A lei da queda progressiva da taxa de lucro ou da diminuição relativa do mais-trabalho apropriado em comparação com a massa de trabalho objetivado posta em movimento pelo trabalho vivo não exclui, de maneira alguma, que a massa absoluta de trabalho posto em movimento e explorado pelo capital social cresça que, portanto, a massa absoluta de mais-trabalho por ele apropriado também cresça, tampouco que os capitais que se encontram sob o comando dos capitalistas individuais comandem uma massa crescente de trabalho, e portanto de mais-trabalho, este último mesmo se o número de trabalhadores comandados por eles não crescer. (MARX, 1983, pp. 167).

A partir de tal consideração, pode-se concluir que o uso do termo taxa de lucro ao invés do lucro propriamente dito, deriva da comparação do lucro relativo em relação ao capital global. Para Marx (1983), o que se observa não é a redução relativa da taxa de lucro, e sim a absoluta, que tem a ver com a grandeza absoluta do mais trabalho. O autor aponta que:

Essa relação, e portanto a taxa de lucro, cai, embora depois como antes a mesma massa de trabalho vivo seja comandada e a mesma massa de mais-trabalho seja absorvida pelo capital. A relação se modifica não porque a massa de trabalho vivo cai, mas porque a massa de trabalho já objetivado que ela põe em movimento sobe. A diminuição é relativa, não absoluta, e de fato nada tem a ver com a grandeza absoluta do trabalho e do mais-trabalho postos em movimento. A queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente

variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante. (MARX, 1983, p. 168).

Um outro fator relevante para a interpretação dessa lei, é o excesso de capital produzido pela economia capitalista. Para Marx (1983) o modo de produção capitalista se desenvolve sob uma quantidade cada vez maior de mais capital para empregar a mesma força de trabalho. Dessa maneira, as causas responsáveis pela redução da taxa de lucro também inserem mais um quantum de trabalho em movimento, por conseguinte, produz mais valia. Notemos, então, que a tendência da queda da taxa de lucro é também um fator de acumulação de capital; logo, acelera o desenvolvimento da economia capitalista. Assim, como afirma Marx:

Mostramos como as mesmas causas que produzem uma queda tendencial da taxa geral de lucro condicionam uma acumulação acelerada do capital, e portanto crescimento da grandeza absoluta ou da massa global de mais-trabalho por ele apropriado (mais valia, lucro). (MARX, 1983, p. 172)

A aceleração da economia capitalista tem como catalizador o consumo constante do capital fixo. Logo, nos deparamos então com dois fenômenos: o primeiro é a superprodução de capital oriunda da necessidade constante de capital fixo na produção, e o segundo, é consequência da subserviência da economia por esse processo, ou seja, a redução cada vez maior do consumo de capital variável e do trabalho vivo na produção. A condição desenfreada desse fenômeno na economia que leva o surgimento da contradição, denominada por Marx da lei tendencial da queda da taxa de lucro.

### **2.2.1 A Taxa de Lucro e suas Contra Tendências**

Um grande atributo da economia capitalista é o seu contínuo conflito, que, por um lado, é posto pela dependência na produção do excedente, e, por outro, pelos limites existentes na produção deste excesso. Com isso, a produção capitalista cria seu próprio fim, mas, ao mesmo tempo em que ela se esgota, outro modelo de acumulação, na própria produção, se torna hegemônico, salvaguardando e desenvolvendo outro ciclo da economia capitalista. Então, podemos afirmar que esse embate pode se resumir à luta pela manutenção do lucro. Logo, se há uma síntese na economia, que é a queda da taxa do lucro, então, o sistema precisa criar uma antítese para completar seu desenvolvimento dialético. Essa antítese se manifesta através de contra tendências que transforma o capitalismo em um processo econômico dependente da busca incessante pelo lucro médio. Marx defende que:

Se se considera o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, ainda que somente nos últimos 30 anos, em comparação com todos os períodos anteriores, se se considera a saber a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria propriamente dita, entra no conjunto do processo de produção social, então, no lugar da dificuldade que até agora ocupou os economistas, isto é, explicar a queda da taxa de lucro, aparece a dificuldade inversa, ou seja, explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida. Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial. (MARX, 1983, pp. 177)

Marx (1983) lista que as causas mais genéricas dessas contra tendências são: I) Elevação do grau de exploração do trabalho, II) Compressão do salário abaixo de seu valor, III) Barateamento dos elementos do capital constante, IV) Superpopulação relativa, V) Comércio Exterior e VI) Aumento do capital por ações. Essas causas não se apresentam de forma linear, nem a presença de uma anula a outra; elas coexistem e muitas vezes complementam o limite uma da outra, na tentativa de desacelerar a que da taxa de lucro.

A primeira contra tendência é uma tentativa de equilibrar o hiato existente entre o crescimento do capital fixo e do capital variável. Apesar, do aumento do capital fixo gerar o desequilíbrio no crescimento da taxa de lucro, para Marx (1983) a regra existente é que o consumo do capital fixo desgasta, de forma acelerada, a maquinaria. Diante disso, se faz necessário o prolongamento da jornada de trabalho para aumentar a massa de mais trabalho apropriado. O autor completa que:

Mas há outros momentos da intensificação, por exemplo velocidade acelerada da maquinaria, que, ao mesmo tempo, consomem mais matéria-prima, mas no que tange ao capital fixo, desgastam, é certo, mais rapidamente a maquinaria, não afetando, entretanto, de modo algum, a relação de seu valor com o preço do trabalho que ela põe em movimento. Especificamente, porém, o prolongamento da jornada de trabalho, essa invenção da indústria moderna, aumenta a massa de mais-trabalho apropriado, sem modificar essencialmente a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante que ela põe em movimento, e, de fato, antes diminui relativamente esta última. (Ibidem, pp. 177).

Já o segundo, caracteriza-se pela redução do salário, uma contra tendência extremamente visível no período de crise, sentida tanto nos EUA quanto em boa parte da Europa. O terceiro elemento é o barateamento da tecnologia que compõe o capital constante. Observamos que o rumo do progresso tecnológico é orientado também sob essa perspectiva. O quarto refere-se a quantidade de mão de obra disponível, ou seja, o exército industrial de reserva disponível para a barganha da classe capitalista. Por exemplo, observamos no caso da China e o letárgico efeito que ela sofreu da crise financeira de 2008.

O quinto também necessita de uma atenção maior, pois interfere de forma mais contundente na crise econômica de 2008. Este elemento permite a ampliação da escala da produção da mesma forma que pode oferecer o barateamento do capital fixo, efeito gerado pela concorrência. Para Marx (1983), o capital investido no comércio exterior pode proporcionar uma maior taxa de lucro, porque concorre com mercadorias produzidas por outros países nos quais existem menores facilidades de produção:

Capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada, porque aqui, em primeiro lugar, se concorrência com mercadorias que são produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de forma que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, embora mais barato do que os países concorrentes. (MARX, 1983, p 181)

A mundialização do capital também é explicada por esse fenômeno. Logo, ela surge da necessidade de interromper essa tendência a queda do lucro.

Por último, Marx chama a atenção do aumento do capital por ações. Marx (1983) avalia que uma parte do capital, diante do progresso da produção, só é calculado e empregado como capital que gera juros, ou seja, que proporcione dividendos. Apesar de pouco se ater sobre este assunto, obviamente por conta do próprio estágio em que se encontrava a produção econômica da sua época, este último elemento aponta algo de extrema importância, visto que a formação de dividendos na organização da produção capitalista apresenta-se como uma contra tendência a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro. Nesse sentido, o capital financeiro representa uma contra tendência que desacelera a queda da taxa de lucro, porém, não a elimina.

Por fim esse movimento, em busca do lucro médio, que observamos durante a acumulação, representa a dinâmica do sistema capitalista que em sua essência tenta combater umas das suas principais contradições, a redução da taxa de lucro. Nessas condições observamos que, assim como definiu Marx (1983), a real barreira da produção capitalista é o próprio capital. Dessa forma, concluindo que todo o ciclo da produção capitalista serve somente ao próprio capital, Marx afirma que:

A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua auto valorização a pareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores.



As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, a produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio - desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho - entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem. (Ibidem, pp. 189).

### 3 A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITAL FINANCEIRO

Neste capítulo desenvolveremos uma síntese sobre o principal ponto desta monografia: a desvalorização do trabalho no capital financeiro. Dessa maneira, consideramos o trabalho como uma variável que acelera o processo da tendência da queda da taxa de lucro a partir da sua desvalorização. Para isso, utilizaremos a discussão feita por Moishe Postone (2014) em seu livro *Tempo, Trabalho e Dominação Social* no qual o autor propõe uma reinterpretação da teoria crítica de Marx com o objetivo de reconceituar a natureza da sociedade capitalista e o seu artigo *Teorizando o mundo contemporâneo. Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey* no qual contradiz a tese desses autores sobre a dinâmica econômica do capitalismo e debate sobre a importância da lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Postone aprofunda uma teoria crítica do capitalismo que dialoga com as transformações históricas necessárias para a dominação da ordem neoliberal, sem se restringir apenas ao desenvolvimento econômico. Essa teoria busca entender as mudanças na natureza da vida social dentro da estrutura do capitalismo. Compreendemos que tais alterações condizem com a mudança da produção do Valor ao longo do desenvolvimento capitalistas, capaz de revelar a essência de um problema econômico que influencia profundamente na vida social, econômica e política de um território. Postone (2008) afirma, que:

Proponho uma outra compreensão da categoria de valor de Marx. Ela não é simplesmente um refinamento dessa categoria tal qual foi desenvolvida por Smith e Ricardo. Em vez disso, é uma categoria que pretende apreender formas abstratas determinadas de mediação social, riqueza social e temporalidade que estruturam a produção, a distribuição, o consumo e, de maneira geral, a vida social na sociedade capitalista. A dimensão temporal de categorias da estrutura profunda fundamenta a dinâmica do capitalismo; ela ajuda a explicar, em termos historicamente específicos, a existência de uma dinâmica histórica que caracteriza o capitalismo. (POSTONE, 2008, p. 85)

A centralidade da obra de Postone para a composição deste estudo, também recai sobre seu esforço de repensar e superar as dicotomias entre: a) estrutura e ação; b) sentido e vida material. Isso porque, baseado na reinterpretação da Lei do valor e na leitura dos *Grundrisse* de Karl Marx, o autor caracteriza e conceitua o capitalismo para além do desenvolvimento da produção industrial e da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que situa o trabalho como elemento fundamental para o desenvolvimento do Capital.

Postone (2014) inicia sua discussão conceituando, ao seu modo, o que é capitalismo:

Conceituo o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com o caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais construídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua. (POSTONE, 2014, p. 17)

Segundo Postone, o capitalismo é um modo de produção específico na história, que construiu relações sociais determinadas por práticas e comportamentos, que independem de quem a executam. Tal reflexão indica que há uma forma de dominação abstrata e não limitada unicamente à reprodução econômica. Ou seja, os mecanismos diretos de reprodução do capital também produzem condicionantes ideológicos que intermediam as relações sociais. Corroborando com essa análise, Postone afirma que:

Ao reconceituar as relações e formas sociais de dominação que caracterizam o capitalismo, tentarei oferecer a base de uma teoria prática capaz de analisar as características sistêmicas da sociedade moderna, tal como seu caráter historicamente dinâmico, seus processos de racionalização, sua forma particular de crescimento econômico e seu modo de produção específico. (POSTONE, 2014, p. 18)

A partir dessa relação abstrata de dominação, e baseado em sua interpretação da teoria crítica de Marx, o autor apresenta a concepção da centralidade do trabalho para a vida social, reconstruindo seu significado pelo seu caráter historicamente específico, Postone (2014) argumenta que:

Na crítica madura de Marx, a noção de que o trabalho constitui o mundo social e é fonte de toda a riqueza não se refere à sociedade em geral, mas exclusivamente ao capitalismo, ou à sociedade moderna. Ademais, e isso é crucial, a análise do trabalho como geral e trans-historicamente concebido – uma atividade finalística que medeia entre os seres humanos e a natureza, criando produtos específicos para satisfazer necessidades humanas específicas – mas a um papel peculiar desempenhado pelo trabalho somente na sociedade capitalista. Como elaborei, o caráter historicamente específico desse trabalho está relacionado de maneira intrínseca à forma de interdependência social característica da sociedade capitalista. (POSTONE, 2014, p. 19)

Com essa afirmação o autor defende que o trabalho só exerceu um papel crucial na produção da riqueza num momento específico da história: na sociedade capitalista, ou, como muitas vezes denomina, na sociedade moderna. É com base nesse conceito e na teoria crítica marxiana, que

Postone (2014) construiu uma teoria que parte da crítica do trabalho no capitalismo. O autor ainda compara modos distintos de análise do trabalho, visto que:

(...)de um lado, uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho e, de outro, uma crítica do trabalho no capitalismo. O primeiro, que se baseia na compreensão trans-histórica do trabalho, pressupõe a existência de uma tensão estrutural entre aspectos da vida social que caracterizam o capitalismo (por exemplo, o mercado e a propriedade privada) e a esfera social constituída pelo trabalho. O trabalho, portanto, forma a base da crítica do capitalismo, o ponto de vista de onde essa crítica é elaborada. De acordo com o segundo modo de análise, o trabalho no capitalismo é historicamente específico e constitui as estruturas essenciais dessa sociedade. Assim, o trabalho é o objetivo da crítica da sociedade capitalista. Do ponto de vista do segundo modo de análise, torna-se claro que diversas interpretações de Marx têm em comum pressupostos básicos do primeiro modo de análise; consequentemente, caracterizo essas interpretações como “tradicionalistas”. Investigarei suas interpretações do ponto de vista da minha interpretação da teoria de Marx como crítica do trabalho no capitalismo para elucidar as limitações da análise tradicional – e investigá-las de maneira eu implique outra teoria crítica, mais adequada, da sociedade capitalista.” (POSTONE, 2014 p. 20).

Essa interpretação leva ao rompimento com o que o autor define como uma leitura tradicional de Marx. Os olhares sobre as dominações sociais não podem ser puramente interpretados de forma concreta, limitada as relações de propriedade e mediadas pelo mercado. Então, concluímos que as relações sociais estabelecidas pelo embate entre classes e pela propriedade privada dos meios de produção são elas condicionantes para existência da produção. Todavia, o trabalho, que intermedia todas essas relações, é o que confere o caráter universal desse processo. Essa condição defendida por Moishe Postone (2014) é expressa da seguinte maneira:

A crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho é uma crítica em que as relações sociais dominantes (propriedade privada) são criticadas como particularistas a partir de uma posição universalista: o que é universal e verdadeiramente social é constituído pelo trabalho, mas é impedido por relações capitalistas individuais de se realizar completamente. (POSTONE, 2014, p. 21).

Outro elemento discutido por Postone e relevante para os fins dessa pesquisa é a sua reflexão sobre o capitalismo de Estado, visto que para o autor é evidente a contradição de uma teoria exclusivamente distributiva. O olhar crítico apenas na distribuição esbarra na trajetória de um capitalismo intervencionista. Postone explica que:

Se categoria crítica da econômica política se aplica apenas a uma economia mediada por um mercado autorregulado e à apropriação privada do excedente, o crescimento do Estado intervencionista implica que essas categorias se tornaram menos ajustadas à crítica social contemporânea. (POSTONE, 2014, p 25)

Postone defende que o valor na obra de Marx é uma forma historicamente específica de riqueza social, que se relaciona com o modo de produção vigente. Conclui então, que:

(...)de acordo com Marx, o valor é uma forma historicamente específica de riqueza social e se relaciona intrinsecamente com um modo historicamente específico de produção. Que formas de riqueza possam ser historicamente específicas implica, obviamente, que a riqueza social não é a mesma em todas as sociedades. A discussão de Marx desses aspectos do valor sugere, como veremos, que a forma do trabalho e o tecido das relações sociais são diferentes nas diversas formações sociais. (POSTONE, 2014, p.41)

A condição abstrata do capitalismo demonstra que a centralidade do trabalho requer a compreensão de suas diversas expressões no processo produtivo. Pode-se afirmar que o trabalho possui comportamentos distintos em diversos momentos da acumulação na economia capitalista, sendo assim, a produção do valor assume uma dimensão proporcional ao peso do trabalho na reprodução do capital. A partir da leitura de Marx, Postone (2014) afirma que:

(...)durante o desenvolvimento da produção industrial capitalista, o valor se torna cada vez menos adequado como medida da “riqueza efetiva” produzida. Ele define o contraste entre valor, forma de riqueza ligada ao dispêndio de tempo de trabalho humano, e o gigantesco potencial de produção de riqueza da ciência e da tecnologia modernas. O valor se torna anacrônico em termos do potencial do sistema de produção gerado por ele; a realização desse potencial resultaria na abolição do valor. (POSTONE, 2014, p 42).

Ainda, conforme o autor, o fato do trabalho não aparecer envolvido diretamente no processo produtivo, faz com que a riqueza produzida não seja do trabalho imediato, mas, de sua força produtiva geral. Pode-se, com isso, constatar que o progresso tecnológico gera uma redução do valor extraído na produção, e como solução há uma tentativa de produzir riqueza de outras formas que não pela acumulação de valor. Essa adaptação do sistema econômico para se reproduzir, explica a forma de exploração do trabalho improdutivo no capitalismo financeiro, ao mesmo tempo que torna nítido a fragilidade do próprio sistema em produzir cada vez mais valor.

Sendo assim, a crise no capitalismo pode ser entendida quando consideramos que esse sistema necessita cada vez mais se adaptar para continuar produzindo valor. Tal afirmação torna latente sua contradição; ou seja, a tentativa de aumentar sua forma de riqueza é o fator que acelera a tendência da queda da taxa de lucro. Então, a abolição do valor, oriunda dos progressos tecnológicos, é uma das expressões da crise econômica.

Retornemos a Postone quando se trata da definição do valor como uma categoria historicamente específica. Esse caráter singular do valor é o que caracteriza o trabalho como historicamente determinado. Logo, defende o autor:

Se valor é uma forma historicamente específica de riqueza, o trabalho que o cria deve também ser historicamente determinado. (Uma análise dessa especificidade permitiria uma análise de como a forma-valor estrutura a esfera da produção, bem como a da distribuição.) Mas se o valor fosse apenas uma categoria de distribuição de riqueza, o trabalho que cria essa riqueza não seria intrinsecamente diferente do trabalho em formações não capitalistas. (POSTONE, 2014, p. 64).

A centralidade do trabalho na vida social torna a produção do valor um indicador da situação real do capitalismo. Dessa maneira, ao produzir menos valor, estamos sinalizando um processo de desvalorização do trabalho. Assim, pode-se concluir que em um sistema econômico financeiro, no qual o trabalho improdutivo assumiu o protagonismo na economia, a desvalorização do trabalho está no centro da crise econômica. Como solução para a crise o sistema necessita acumular valor, por isso se encarrega de flexibilizar o direito trabalhista e aumentar a exploração para recuperar a produtividade do trabalho.

A lei do valor valida a hipótese da centralidade do trabalho na economia capitalista. Cabe a ela a medida da riqueza de uma sociedade capitalista. Portanto, Postone (2014) defende que:

O significado essencial da crítica de Marx é, portanto, revelar sob a aparência de troca de equivalentes a existência da exploração de classe. Considera-se que o mercado e a propriedade privada dos meios de produção são as relações capitalistas de produção essenciais, expressas pelas categorias do valor e mais-valor. A dominação social é tratada como função da dominação de classe que, por sua vez, está enraizada na “propriedade privada na terra e no capital”. No âmbito dessa estrutura geral, as categorias do valor e mais-valor expressam como o trabalho e seus produtos são distribuídos numa sociedade de classe baseada no mercado. Mas eles não são interpretados como categorias de formas particulares de riqueza e trabalho. (POSTONE, 2014, p. 72).

Além da compreensão do trabalho como um elemento historicamente específico da sociedade capitalista, é preciso entender o significado da dominação social inerente a esse sistema. A dominação social, para a teoria crítica madura de Marx, é uma estrutura abstrata e impessoal<sup>1</sup>. Na condição de abstrata, ela não se manifesta apenas nas relações estabelecidas entre classes antagônicas, ela também se expressa em meio as contradições internas de uma determinada classe. Dessa forma, é possível identificar uma série de reivindicações e disputas ideológicas na

---

<sup>1</sup> A crítica madura de Marx é como Postone (2014) define a leitura marxiana de Marx.

sociedade capitalista moderna, que não encontram ressonância na formulação clássica da luta de classes. Tal formulação não explica todos os elementos de dominação social, sendo necessário considerar outras questões, tais como, as lutas pela igualdade racial, de gênero e religiosa, entre outros exemplos.

Ao repensar as formas de dominação social, Postone defende que:

A crítica social do ponto de vista do “trabalho” entende aquela forma de dominação essencialmente em termos de dominação de classe, arraigada na propriedade privada dos meios de produção; entretanto, a crítica social do trabalho no capitalismo caracteriza a forma mais fundamental de dominação naquela sociedade como uma forma estrutural abstrata e impessoal de dominação ocultada sob a dinâmica histórica do capitalismo. Esta abordagem coloca a base daquela forma de dominação nas formas sociais historicamente específicas do valor e do trabalho que produz valor. (POSTONE, 2014, p. 88).

Pode-se concluir, com base na visão apresentada por Postone (2014), que a superação desta sociedade não se dá pela transformação do modo de distribuição, e sim pela abolição do trabalho útil. Pois, nessa lógica, é na produção que a apropriação do trabalho e as opressões se fortalecem. Logo, a abolição do trabalho útil será a principal forma de superação do sistema capitalista.

A superação do capitalismo não elimina o trabalho por completo, posto que ele deve ser considerado o seu duplo caráter, ou seja, como inerente a sobrevivência do homem e como categoria capaz de produzir riqueza. O autor afirma que:

Quando o socialismo é visto como uma transformação do modo de distribuição que o torna adequado ao modo industrial de produção, essa adequação histórica é implicitamente considerada a condição de felicidade humana geral. Esta última é baseada no modo industrial de produção, uma vez libertado dos grilhões do “valor” (ou seja, o mercado) e da propriedade privada. Conforme essa visão, a emancipação é baseada no “trabalho” - é realizada numa formação social em que o “trabalho” efetivou o seu caráter diretamente social e emergiu abertamente como o elemento essencial da sociedade. (POSTONE, 2014, p. 86).

Segundo Postone, o trabalho é uma categoria central para almejar a superação da sociedade capitalista. Sua análise propõe a rediscussão da teoria do valor, contrariando a teoria marxista tradicional, que limita a crítica do capitalismo à questão distributiva. O foco da teoria marxista na distribuição advém da caracterização do capitalismo a partir da lógica do mercado e da propriedade privada dos meios de produção, resumindo-se, dessa maneira, a uma teoria antagônica do capitalismo, na qual o planejamento tem um papel central. Entretanto, consideremos que diferentes formas do capitalismo coexistem e competem pela hegemonia,

assumindo qualidades distintas conforme se acumulam, conferindo dessa forma um caráter mais complexo, nem sempre captado pelas teorizações tradicionais.

No contexto do capitalismo moderno, quando analisamos a reprodução financeira e especulativa do capital, o valor e a mais valia assumem outra aparência denominada de preço e lucro. Logo, o estudo da teoria do valor se transforma na averiguação do comportamento dos preços e dos lucros. A respeito dessa questão Postone (2014) afirma que:

A divergência entre preços e valores deve então ser entendida como parte da análise de Marx, não como uma contradição lógica dentro dela: sua intenção não é formular uma teoria de preços, mas mostrar como o valor induz um nível de aparência que o disfarça. (POSTONE, 2014, p.160).

Tal afirmação revela que a riqueza do trabalho não é idêntica ao lucro. O lucro passa a ser resultado de uma relação com o capital global. Postone (2014) reafirma a tese de Marx, uma vez que defende que nesse modelo de acumulação as características únicas do valor, como forma de riqueza e mediação social, se tornaram ocultas. As ocultas relações só reforçam o quanto abstrato é a dominação, ratificando as considerações expostas anteriormente. Porém, além da relação oculta entre valores e preços precisamos também compreender a relação do valor com o crescimento econômico, pois é a partir dela que a desvalorização do trabalho e a desaceleração da economia se expressa.

A dinâmica do capitalismo impõe que para existir acumulação ilimitada é necessário a produção cada vez maior de riqueza gerada pelo trabalho. Sendo assim, o crescimento econômico é derivado do mais-valor criado na produção, ou seja, da acumulação do valor. Essa expansão do mais-valor somente ocorre quando a produtividade do trabalho aumenta em uma proporção maior do que o tempo de trabalho socialmente necessário, e esse aumento pode ocorrer pelo aumento da jornada de trabalho. Há um hiato entre tempo excedente de trabalho e o trabalho necessário, que representa não só a produção da riqueza, mas também o seu limite. Postone (2014) apresenta que:

Por causa dessa determinação temporal de valor, a expansão do mais-valor - a meta sistêmica de produção no capitalismo - só pode ser obtida alterando-se a proporção entre tempo excedente de trabalho e tempo de trabalho necessário. Isso, como já foi dito, pode ser conseguido com o aumento da jornada de trabalho (a produção do “mais-valor absoluto”). No entanto, com a limitação da jornada de trabalho (resultante, por exemplo, de lutas trabalhistas ou legislação), o tempo excedente de trabalho só pode ser aumentado se o tempo de trabalho necessário for reduzido (a produção de “mais-valor relativo”). Essa redução, de acordo com Marx, é efetuada por meio do aumento da produtividade. (POSTONE, 2014, p. 358).



Com isso, a delimitação da jornada faz com que seja necessário reduzir o tempo de trabalho para aumentar o tempo excedente de trabalho. Por conta dessa deficiência do próprio sistema, fez-se necessário o incremento da tecnologia no processo produtivo. Logo, a tecnologia constitui-se um valor social na produção. Quando o desenvolvimento tecnológico assume uma função na produção e na perpetuação do valor, ele não se limita apenas a uma condição técnica, torna-se um elemento determinante das relações sociais. Apesar do autor defender que o aumento da produtividade gera a expansão do mais – valor relativo, ele é limitado, posto que o valor total produzido por uma unidade de tempo é limitado; ou seja, ele não cresce com a produtividade, já que há um limite na jornada de trabalho. Assim, por mais que aumente a produtividade o mais – valor não poderá ultrapassar o valor total da produção, pois aquele representa uma parcela deste. Ainda segundo Postone:

Além disso, como o valor total produzido por unidade de tempo não cresce com os aumentos de produtividade sociais gerais, ele representa um limite à expansão do mais-valor: a quantidade de mais-valor produzido por unidade de tempo nunca pode ultrapassar esse valor, independentemente do grau de aumento da produtividade. Na verdade, não pode nem mesmo atingir esse limite, pois, em um nível social geral, o capital jamais pode prescindir completamente do tempo de trabalho necessário. (POSTONE, 2014, p. 359).

Dessa maneira, a produção capitalista induz ao aumento contínuo da produtividade. Entretanto, essa aceleração da produtividade não é relativa ao aumento do mais valor. Postone completa, afirmando que:

(...)os níveis crescentes de produtividade gerados pela acumulação de capital implicam aumentos diretamente proporcionais nas massas de produtos e de matérias-primas consumidas na produção. Por outro lado, porém, como a forma social do excedente no capitalismo é o valor, e não a riqueza material, o resultado — apesar das aparências — não é um aumento proporcional do produto excedente. O volume cada vez maior de riqueza material produzido no capitalismo não representa níveis proporcionalmente altos de riqueza social na forma de valor. (POSTONE, 2014, p. 360).

A partir dessa análise, conclui-se que se a produção intermedia as relações sociais, e a constante necessidade da produção, reflete na forma como os indivíduos se relacionam. Outra interpretação possível, relaciona-se ao aumento da produtividade e da necessidade constante da produção em estimular o consumo para gerar valor; sempre há no modo de produção capitalista um excesso de capital esperando para ser consumido. Com isso, a tendência da queda da taxa do lucro não é apenas o limite na produção do trabalho excedente, ela também é responsável pelo excesso de capital na economia capitalista.

Ressaltamos que o limite existente na produção da riqueza social, oriundo da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, somente, reforça a tese da desvalorização do trabalho. A questão defendida por Postone (2014) redimensiona a teoria do valor como uma questão estrutural do capitalismo e condiciona variáveis econômicas, como preços e concorrência, como elementos da superfície do sistema econômico.

Entretanto, ainda, é necessário compreendemos de que forma a desvalorização do trabalho se relaciona com a Lei Tendencial da Queda da Taxa do Lucro. Para Postone (2008) as três últimas décadas marcaram uma mudança significativa na ordem social, política, econômica e cultural que caracterizou os anos posteriores a Segunda Guerra Mundial. Essas mudanças refletem as transformações dos Estados de Bem Estar Social e do capitalismo ocidental, que de maneira geral representam o enfraquecimento da soberania econômica estatal e nacional, e, por conseguinte, a consolidação da ordem neoliberal.

O autor reafirma que essas mudanças ocorreram no contexto de um longo período de estagnação e crise, reafirmando a tese do decréscimo da taxa de crescimento dos salários reais, da redução da taxa de lucro e, de forma emblemática, da produtividade do trabalho. Nesse contexto o autor só reforça a tese da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro a partir do período posterior a Segunda Guerra Mundial.

Postone (2008) defende que a redução do capital variável em relação ao capital fixo atesta o papel crucial da teoria do valor, ressaltando a contradição descrita na Lei Tendencial da Queda da Taxa do Lucro que aponta uma transformação fundamental na natureza e na distribuição social do trabalho. Em resumo, a essência do fenômeno da redução do lucro é explicada por alterações na dinâmica do trabalho. Sua importância não se limita a mudança da composição orgânica como uma explicação para fundamentar um teorema da economia clássica. A discussão que o Postone (2008) faz da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro expressa de forma indireta um processo de estruturação e reestruturação da vida social.

Sendo assim, a desvalorização do trabalho coexiste com a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, e essas duas variáveis são reflexos uma da outra; ou seja, são a síntese e a antítese de um fenômeno, tal qual a crise econômica de 2008. Segundo Postone (2008):

A mudança na composição do capital, portanto, não é importante na crítica de Marx principalmente por fornecer uma melhor explicação para a queda tendencial da taxa de

lucro, fundamentando assim de forma mais sólida um teorema da economia política clássica. Ao invés disso, ela é importante em primeiro lugar porque, abaixo do nível superficial dos preços e dos lucros, expressa a transformação do trabalho e da produção que eventualmente aponta para a possibilidade de uma sociedade pós-capitalista. Longe de ser primordialmente um meio de explicar as crises, então, o teorema da queda tendencial da taxa de lucro, como retrabalhado por Marx, expressa, de forma indireta, um processo de contínua estruturação e reestruturação da vida social, um processo marcado por uma crescente distância entre a estruturação atual do trabalho e da vida social e a maneira em que eles poderiam ser estruturados na ausência do capital. (POSTONE, 2008, p. 91)

Percebemos um caráter simbólico atribuído por Postone a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, visto que se refere a ela como determinante para se vislumbrar uma sociedade pós-capitalista.

A desvalorização do trabalho no capital financeiro, reflete então: a) A produção com uma parcela cada vez menor de valor, oriundo do trabalho; b) Aumento do capital fixo e redução do capital variável; c) No período neoliberal, acelerou a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, reforçando a mais recente crise do capitalismo, quando diminuiu o volume de trabalho produtivo e de valor na produção.

## 4 A CRISE DE 2008

Pretendemos neste capítulo analisar a crise financeira através do colapso do setor imobiliário norte americano, em 2008. Entretanto, não podemos compreender a crise apenas como uma tensão do mercado imobiliário, pois o alcance e a desestruturação da economia mundial não podem ser explicados somente por este fato. Assim, busca-se estudar a expressão hegemônica do capital no século XXI, a acumulação financeira, afim de compreender que a natureza da crise é reflexo de um modelo econômico já saturado, visto que, sua acumulação encontrou barreiras para manter a mesma proporção de lucro. Para tanto, é necessário definir a política economia regida pelo capital financeiro, e discutir os elementos que são considerados responsáveis pela crise econômica de 2008, considerando as diferentes leituras teóricas sobre o fenômeno e a apresentação de alguns dados empíricos.

O capital possui características distintas e cada atributo dado a ele pode torna-se um motivo diferente para o limite de sua própria acumulação. A hipótese defendida nesse estudo é que a desvalorização do trabalho contribuiu para o colapso do sistema financeiro internacional. Além disso, defende-se que umas das soluções para equilibrar o sistema econômico, foi a retomada da flexibilização do trabalho, bem como de novas formas de exploração da Mais Valia. Sendo assim, tendo por base distintas leituras de Duménil e Levy (2006), Chesnais (2012), David Harvey (2011) e Cris Harman (2007) sobre a crise financeira, construiremos uma ligação entre a tendência da queda da taxa de lucro e os fenômenos de crise financeira supracitados. Ressaltamos, porém, que apesar de existir algumas divergências teóricas entre os autores referidos, todos eles convergem na concepção de que o trabalho é uma categoria importante para compreender a crise econômica.

Apesar de keynesianos, Duménil e Levy (2006), são autores importantes para a atualização da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, pois definem que o caráter dominante da economia dos EUA e do modelo econômico atual é caracterizado pela hegemonia financeira, Essa nova hegemonia financeira teria nascido a partir da crise estrutural da década de 1970, momento em que o modelo keynesiano de Estado intervencionista teria chegado ao fim.

O novo modelo de acumulação financeira, como em toda história, girou em torno do interesse de uma ou mais potências econômicas. Segundo Duménil e Levy (2006), os Estados Unidos da

América ocupam a posição de intermediador financeiro na economia internacional, coletando financiamentos a um custo inferior em relação ao que ele mesmo recolhe a partir dos seus investimentos no exterior, revelando, dessa forma, uma relação assimétrica entre os EUA e o resto do mundo. Para Duménil e Levy (2006):

A explicação dessa assimetria é complexa. A relação com a fé na força do dólar é evidente, e deve ser compreendida com respeito a (1) o domínio global dos EUA sobre a economia mundial, a posição de seu setor financeiro, a colocação nesse país dos maiores times de executivos das grandes empresas transnacionais, sua posição-chave com respeito às tecnologias mais avançadas, sua estabilidade política, e (2) o desejo por parte de agentes de outros países de proteger seus ativos perante os riscos nacionais. (DUMÉNIL; LEVY, 2006, p. 11).

Os autores completam que a posição dos EUA frente ao resto do mundo mostra-se vantajosa ao país, já que, de forma simultânea, extraem de outros países e distribuem uma fração dessa renda aos investidores estrangeiros. Nesse cenário de prosperidade e controle econômico, onde encontra-se a fragilidade para uma crise tão devastadora, como a ocorrida em 2008?

É preciso compreender, inicialmente, como a dinâmica do Neoliberalismo, atrelada ao grande volume de crédito e o endividamento familiar, modificou a forma de exploração da Mais Valia. Quando parte da renda familiar é destinada ao pagamento de dívidas aos bancos, essas instituições financeiras tornam-se proprietárias de parcela do trabalho do indivíduo devedor. Boa parte dessa apropriação tornou-se uma forma de superação do próprio sistema, uma vez que, em determinado momento, com o avanço do capital especulativo, o setor produtivo ficou em segundo plano, e, conseqüentemente, ocorreu uma redução do trabalho produtivo. Essa situação decorre do fato que, a mais - valia explorada pelo endividamento é a garantia de apropriação da renda do setor improdutivo e, por conseguinte, também uma luta contra a redução da taxa de lucro. Percebemos então que o avanço do sistema especulativo é congruente ao avanço do trabalho improdutivo. Conforme Duménil e Levy (2006):

O aspecto mais surpreendente desses mecanismos é a vontade e capacidade das instituições financeiras de emprestar para famílias tão endividadas. Esses mecanismos testemunham, de maneira inequívoca, uma intervenção do governo na política de crédito. O estoque de créditos hipotecários pode ser detido por: (1) bancos comerciais, (2) instituições de poupança, (3) sociedades de seguro, (4) governo (government sponsored enterprises, isto é, empresas sustentadas pelo governo federal, e pelos próprios governos federal e estaduais), (5) federally related mortgage pools [fundos hipotecários ligados ao governo federal], e (6) outros. A contribuição dos fundos hipotecários ligados ao governo federal (um substituto das instituições de poupança em declinação) e do governo cresceu de maneira espetacular. Esses fundos compram

os créditos hipotecários aos agentes que os emitiram originariamente e vendem títulos garantidos pelo governo a investidores financeiros, potencialmente algum agente doméstico ou internacional. (DUMÉNIL; LEVY, 2006, p. 15)

Alguns elementos diferenciam a crise ocorrida em 2008 das demais crises do sistema capitalista. Chesnais (2012), através das suas análises, concluiu que após trinta anos de acumulação da riqueza abstrata, o capital ampliou e valorizou e o domínio financeiro e especulativo, ou seja, contendo o processo produtivo. Nessa condição, as instituições financeiras se apropriam de parte da mais valia, e o dinheiro passou a assumir o ciclo curto de “Dinheiro – Dinheiro”, o que Marx denominou de feiticismo. Com isso, o processo de acumulação de capital assumiu extensivamente o caráter fictício do dinheiro. Para Chesnais (2012):

Com efeito, o segundo traço específico da crise atual é de ter explodido ao final de pelo menos vinte anos de utilização do endividamento como forma principal da sustentação da demanda nos países do OCDE. Esse processo comportou uma criação extraordinariamente elevada de títulos que têm o caráter de “haveres” sobre a produção atual e futura. (CHESNAIS, 2012, p. 6)

O autor defende que, a partir dos anos 1980, o serviço da dívida produziu, através de impostos, uma imensa transferência de valor e de mais valia para os fundos e aplicações de bancos. O novo modelo de acumulação encontra nesse aspecto uma forma única de sustentar seu lucro, se apropriando da mais valia e as transferindo aos bancos, para transformarem a mesma em capital portador de juros. Quanto mais intensificava esse modelo de acumulação, mais o processo produtivo perdia força, e quanto menos força havia, menor era a capacidade de super exploração e extração da mais valia pelo processo produtivo. Entretanto, até chegar a crise, há uma série de efeitos e causas que demonstram, cada vez mais, as contradições do capitalismo.

A narrativa histórica da crise econômica deriva de uma série de fatores que tem como propulsor o emblemático sistema de crédito norte americano. A trajetória traçada pelo sistema financeirizado para o controle da redução do lucro se tornou cada vez menos eficiente quando parcelas maiores das famílias endividadas não pagaram suas hipotecas. Como prova o histórico do capitalismo, as crises dão seus primeiros sinais nas famílias mais pobres, e só se torna um alerta mais grave quando atingem setores médios da sociedade.

Apesar do *boom* no ano de 2008, a economia já apontava sinais nítidos de distúrbios anos antes. David Harvey (2011), apesar de ser um crítico a Teoria da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, apresentou uma narrativa extremamente pedagógica da atual crise do capitalismo e da

dominação do sistema de crédito sob um olhar amplo, não restrito ao campo da economia. O autor apontou em seu livro *o Enigma do Capital* (2011) que os sintomas da crise começam nos Estados Unidos em 2006, quando a taxa de desocupação em áreas de baixa renda começa a crescer. Porém, a partir de 2007, quando as desocupações atingem a classe média, que o assunto passou a ser compartilhado com maior magnitude pela grande imprensa, e as autoridades passaram a se preocupar. O autor aponta que, até o fim do ano de 2007, cerca de 2 milhões de pessoas haviam perdido suas casas e cerca de 4 milhões sofriam o risco de despejo. Porém, mesmo com o crescente problema social de aumento de desabrigados, a catástrofe só foi sentida por Wall Street em 2008, quando um dos maiores bancos de investimento, o Lehman Brothers, declarou falência, congelando os mercados de créditos globais e a maioria dos empréstimos no mundo.

No centro do problema estava os títulos podres<sup>2</sup> detidos ou comercializados pelos bancos por inúmeros investidores que apostavam na eterna subida dos preços dos imóveis. Ao final de 2008, a intensidade da crise desarticulava a economia norte americana reverberando na redução da demanda efetiva, na queda de venda nos varejos, da construção de habitações e nos fechamentos de várias lojas e fábricas.

Ainda segundo o autor do *Enigma do Capital* (2011), uns dos principais pilares da crise financeira é o avanço do sistema de crédito nas relações comerciais. Harvey (2011) enfatiza que quando a disponibilidade do trabalho não é mais o problema para o capital, e quando o modelo econômico aprofunda suas desregulamentações, é necessário ajustar a constante necessidade de consumir com os baixos salários, colocando em evidência a falta de demanda para a expansão da produção das corporações capitalistas. Essa lacuna é preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e o aumento do endividamento.

A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento industrial de cartões de crédito e aumento do endividamento. Nos EUA, em 1980 a dívida agregada familiar média era em torno de 40 mil dólares (em dólares constantes), mas agora é cerca de 130 mil dólares para cada família, incluindo hipotecas... O mercado teve de ser estendido para aqueles com rendimentos mais baixos. Instituições financeiras como Fannie Mae e Freddie Mac foram pressionadas politicamente para afrouxar os requerimentos de crédito para todos. As instituições financeiras, inundadas com crédito, começaram a financiar a dívida e pessoas que não tinha renda constantes (HARVEY, 2011, p 22).

---

<sup>2</sup> Títulos podres são aqueles que não possuem lastros e por isso não tem condições de serem liquidados (resgatados). E ainda estão pagando juros inferiores a inflação norte – americana, ao mesmo tempo em que o dólar sofre constante desvalorizações em relação às demais moedas.

O problema da demanda foi temporariamente superado, no que diz respeito à habitação, pelo financiamento da dívida dos empreendedores, assim como dos compradores. As instituições financeiras controlavam coletivamente tanto a oferta quanto a demanda por habitação! (HARVEY, 2011, p 22).

Retomando a discussão da Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro, a forma encontrada para ampliar a exploração da mais valia ocorreu através da incorporação de um sistema de crédito. Esse sistema tornou o trabalhador constantemente endividado, comprometendo de forma crescente boa parte de sua renda com o pagamento de juros. Esse método é uma contra tendência que barra a queda da taxa do lucro.

O aumento do sistema de crédito e a nova hegemonia do sistema financeiro só se tornou possível porque esse sistema é mundialmente interligado. Conforme explicita Harvey, a partir de 1986 denominado Big Bang<sup>3</sup> conectou inicialmente Londres a Nova York, e, posteriormente, os mais importantes mercados financeiros mundiais. Com isso os bancos passaram a operar livremente sem a existência de fronteiras e, dessa forma, o capital podia circular em busca de locais onde houvesse taxa de retorno mais altas ou onde houvesse mais flexibilidade na intervenção do Estado.

O sucesso da mundialização do capital<sup>4</sup> tornou mais fluído o fluxo do capital portador de juros, tornando este ramo mais lucrativo; logo o investimento direto na produção não era mais prioridade entre os ricos. O alto retorno dos mercados de ações, aliado ao seu alcance e sua diversificação, o torna mais atrativo. Com isso, nos deparamos com um dos pilares da crise financeira de 2008: o avanço de um modelo de acumulação que não provém de um processo produtivo, e de forma congruente ao processo de financeirização da economia ocorre a desvalorização do trabalho.

---

<sup>3</sup> Nome dado à grande desregulamentação das atividades financeiras em Londres. Uma de suas principais mudanças foi a introdução do Stock Exchange Automated Quotation (SEAQ), um sistema informatizado para o comércio de títulos britânicos. Após o “Big Bang”, ocorreu uma grande corrida dos bancos para a compra de firmas corretoras. Michel Alexandre, Gilberto Tadeu Lima e Otaviano Canudo (2006).

<sup>4</sup> A mundialização é resultado de dois movimentos conjuntos, estritamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (Chesnais, 1996, p. 34).



Convém dizer que a acumulação infinita descrita por Marx também é um ponto crucial para elucidar a Crise Financeira. O exército industrial de reserva é uma condição *sine qua non* para a reprodução e expansão do capital. Esse exército deve possuir características que facilite a apropriação da mais valia e, conseqüentemente, a apropriação do lucro. Sobre o exército de reserva, Harvey(2011) afirma que:

Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua. (HARVEY, 2011, p 55).

Apesar de concordar com a importância do exército de reserva como um fator de influência na composição do capital variável, Harvey (2011) afirma que existem poucos indícios da atual crise ter relação com o esmagamento dos lucros. Para o autor:

A relação capital – trabalho sempre tem um papel central na dinâmica do capitalismo e pode estar na origem das crises. Mas hoje em dia o principal problema reside no fato de o capital ser muito poderoso e o trabalho muito fraco, não o contrário. (HARVEY, 2011, pp 61).

O comportamento do mercado de trabalho não é homogêneo no mundo, segue uma tendência a depender do modelo de acumulação financeira. A atual crise teve efeitos, inicialmente, mais drásticos em países ditos de primeiro mundo, onde, o sistema financeiro é mais desenvolvido. Assim, em locais onde o sistema financeiro estava mais enraizado a crise teve dimensões mais devastadoras. Já em mercados em industrialização, que estimulavam o consumo interno e investiam na produção de bens, a crise econômica os atingiu tardiamente.

A redução da taxa de lucro como sendo um dos fatores para explicar a crise financeira é defendida por Chris Harman (2007) em seu artigo *The Rate of Profit and the World Today*. O autor reafirma que o limite do próprio capitalismo é o comportamento do seu capital, pois:

O argumento de Marx foi e é importante. A teoria de Marx conclui que existe uma falha fundamental, incorrigível no capitalismo. A taxa de lucro é a chave através da qual os capitalistas podem levar a frente seu objetivo de acumulação. Porém, quanto mais se desenvolve a acumulação é mais difícil para os capitalistas obterem taxas de lucro para continuar o processo de acumulação: “a taxa de lucro, sendo a meta da produção capitalista, sua queda... aparece como uma ameaça para o processo de produção capitalista. (Chris Harman, 2007, p 15)

Neste artigo o autor também defende como aspecto do desenvolvimento do capitalismo o crescimento da parcela não produtiva da economia. Harman (2007) resume o trabalho produtivo na teoria de Marx como aquele que cria Mais – Valia, mediante a expansão da produção. O trabalho improdutivo corresponderia aquele que não expande a produção de imediato, ou seja, não possui uma ligação direta com o processo produtivo. A partir de Marx, Harman diferencia os dois da seguinte maneira:

Para Marx, o trabalho produtivo era aquele que criava mais-valia mediante a expansão da produção. Trabalho improdutivo era aquele que, em lugar de expandir a produção, somente a distribuía, protegendo ou gastando o já produzido – por exemplo, o trabalho dos servidores públicos, policiais, soldados ou pessoal de vendas. (HARMAN, 2007, p 17).

O aumento da parcela não produtiva na economia é explicado, segundo Chris Harman (2007), por uma série de fatores que se relacionarem com as tendências da queda do lucro. São eles:

I) Os capitais destinam maiores recursos em suas tentativas para defender e expandir mercados em formas improdutivas, II) Há ondas e mais de ondas de investimentos especulativos, dado que os capitalistas buscam lucros fáceis apostando nos mercados de dinheiro, aventuras financeiras, fundos de investimento (hedge funds) etc, III) Estende-se a hierarquia dos setores gerenciais e de mando, em um esforço para exercer maior pressão sobre os subordinados – um aspecto comum para os setores público e privado na atualidade, IV) Os custos do capitalismo para tratar de manter certa paz social aumentam, tanto para fazer gastos em seguridade, como para conceder mínimos benefícios àqueles que o Capital não pode empregar produtivamente e por fim os Estados recorrem a aventuras militares como uma forma de desafogo dos problemas que enfrentam seus capitalistas.” (HARMAN, 2007, p. 17).

Todos os elementos apresentados para justificar o avanço do trabalho improdutivo são subsídios para explicar a desvalorização do trabalho. Dentre eles, dois se destacam de forma latente na crise econômica de 2008. O primeiro refere-se as ondas de investimentos especulativos e, o segundo, ao trabalho improdutivo. O capital especulativo está intrinsecamente ligado ao avanço do sistema financeiro que, por sua vez, estava no centro da crise econômica de 2008.

#### 4.1 A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DE DADOS EMPÍRICOS

Os dados do BEA<sup>5</sup> revelam o comportamento da economia americana do ponto de vista do trabalho e podem demonstrar algumas variáveis que compõem o quadro de desvalorização do

---

<sup>5</sup> Bureau of Economic Analysis é um departamento de estatística ligado ao governo dos EUA

trabalho em consonância com o avanço da produção capitalista, entre os anos de 1979 a 2012, nos Estados Unidos da América. Nesse caso, as variáveis utilizadas serão a produtividade dos trabalhadores Norte Americanos, as taxas de lucro e o PIB. Utilizaremos também os dados abordados por Andrew Kliman em seus artigos “*State Capitalism and a New New Deal*” *panel, Left Forum, New York City, (2009)* e *The Disintegration of the Marxian School (2010)*.

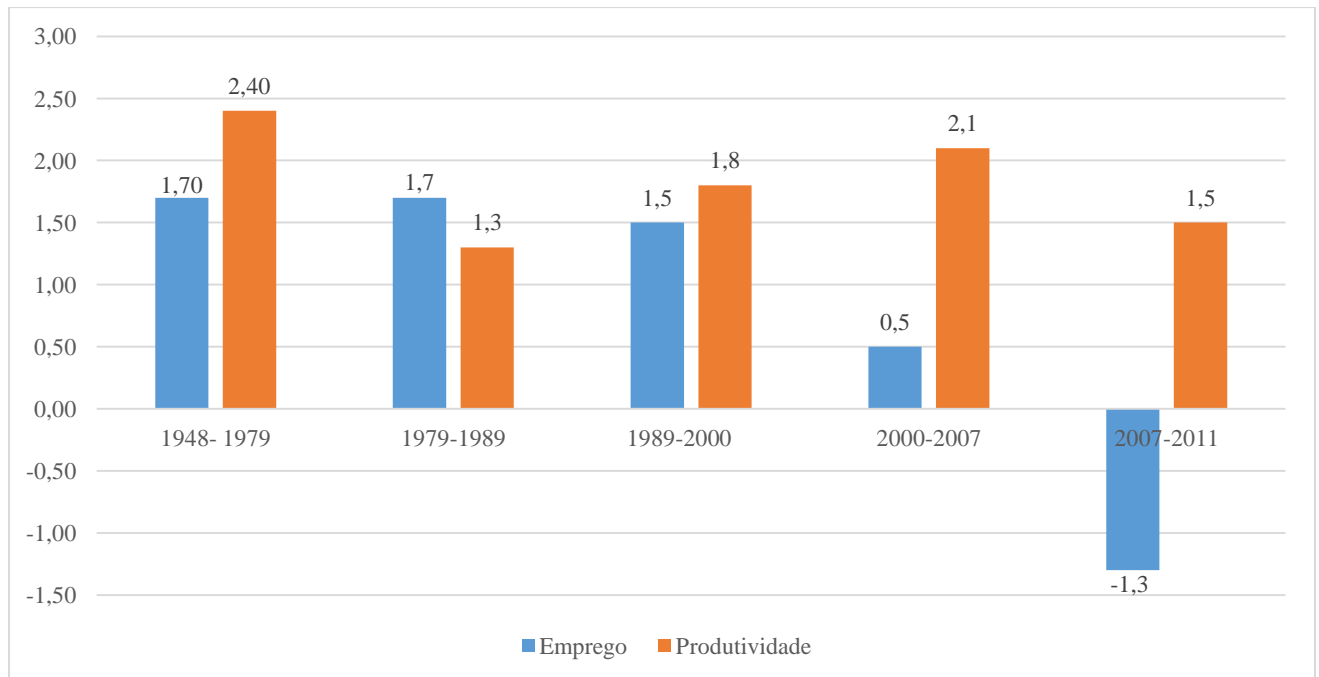
Na tabela abaixo pode-se observar a instabilidade da produtividade, pois como indica os dados expostos na tabela, a quantidade média nos intervalos de 1979-1989, 1989 -2000, 2007 a 2011 é inferior à média entre os anos de 1948-1979. Podemos concluir que mesmo com baixas taxas e empregos, obtém-se taxas de produtividades semelhantes ou até mesmo superiores, quando comparado ao ano de 2009 e 2010 que a produtividade chega a 3,1. Entretanto, a baixa taxa de produtividade em alguns intervalos estabelecidos na Tabela 1 evidenciam que a média em determinados intervalos é de uma baixa produtividade ao capital, o que fortalece a tese da desvalorização do trabalho no capital financeiro. Essas relações podem ser vistas de forma mais nítida quando comparamos a taxa de produtividade a taxa de emprego.

Tabela 4.1. Taxa Média Anual de Emprego e Produtividade dos EUA em %.

Período	Emprego	Produtividade
<i>1948- 1979</i>	<i>1,7</i>	<i>2,4</i>
<i>1979-1989</i>	<i>1,7</i>	<i>1,3</i>
<i>1989-2000</i>	<i>1,5</i>	<i>1,8</i>
<i>2000-2007</i>	<i>0,5</i>	<i>2,1</i>
<i>2007-2011</i>	<i>-1,3</i>	<i>1,5</i>

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do State of Working America.

Gráfico 1. Taxa Média Percentual de Emprego e Produtividade dos E.U.A de 1948 – 2011.



Fonte: Elaboração Própria Conforme Dados do <http://www.stateofworkingamerica.org/chart/swa-jobs-table-5-1-average-annual-change/#sthash.RjD9vnqs.dpuf>.

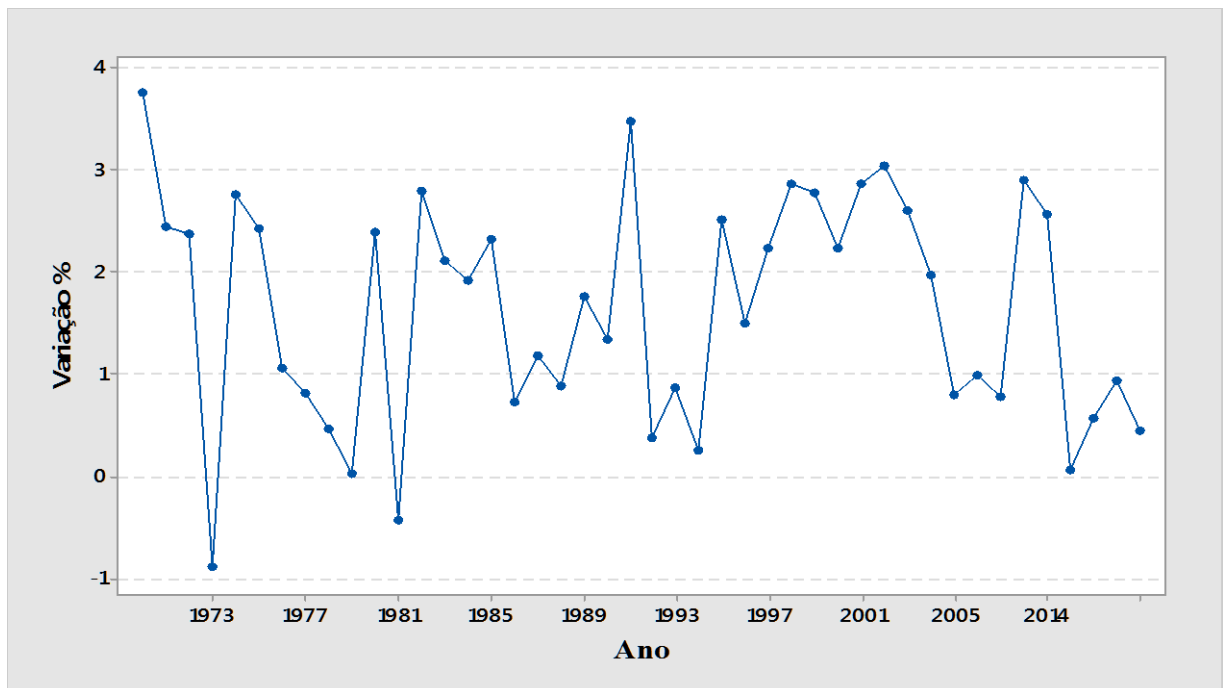
A partir da leitura da tabela e do gráfico, observamos uma taxa decrescente do emprego, todavia, aliado a uma oscilação da produtividade, que não recupera seu maior índice obtido entre os anos de 1948-1979. A inovação tecnológica, por exemplo, pode ser um fator decisivo na queda da taxa de emprego, fator que se soma as crises do capitalismo. Enquanto visualizamos uma taxa de emprego de 2,4% neste mesmo período de 1948-1979 a taxa de emprego era de 1,7%, já quando analisamos o último intervalo, de 2007-2011 enquanto a produtividade alcançava 1,5% o emprego apresentava uma taxa negativa de -1,3%.

Chamamos atenção a dois aspectos interessantes desses dados. O primeiro reforça a defesa de Postone (2008) sobre a perda da produtividade do trabalho, fato que se consolida com a formação da ordem neoliberal, que para o autor é datado a partir da década de 70. O segundo é referente a redução da taxa de crescimento do emprego, o que não induz a redução do emprego, porém durante o período analisado cresce a taxa cada vez menores. Há um comportamento peculiar entre os de 2007 a 2011, período que data o colapso do sistema financeiro nos E.U.A. Entretanto, observamos também um caráter atípico destas duas variáveis no período entre 1979 – 1989, quando a taxa de crescimento da produtividade foi maior do que a do emprego, pois neste período ocorreram mudanças na vida social, cultural e política oriunda do enfraquecimento da soberania estatal e da consolidação da ordem neoliberal. Para Postone (2008):

Essas mudanças ocorreram no contexto de um longo período de estagnação e crise :desde o começo dos anos 1970, a taxa de crescimento dos salários reais diminuiu dramaticamente — eles permaneceram geralmente inalterados —, taxas de lucro estagnaram e as taxas de produtividade do trabalho baixaram. No entanto, esses fenômenos da crise não levaram ao ressurgimento dos movimentos da classe trabalhadora. Ao contrário, as décadas passadas assistiram ao declínio dos clássicos movimentos de trabalhadores e à emergência dos novos movimentos sociais, frequentemente caracterizados por políticas de identidade, incluindo movimentos nacionalistas, movimentos políticos relacionados à livre orientação sexual e várias formas de “fundamentalismo” religioso. Um acerto de contas com as transformações de larga escala das três últimas décadas, então requer levar em consideração não apenas o declínio econômico de longo prazo, ocorrido desde o início da década de 1970,mas também mudanças importantes na vida social e cultural. (POSTONE, 2008, p.104).

Essas transformações sofridas ao longo da década de 1970, tanto de ordem econômica como de social, atingem, do ponto de vista desta tese, as taxas de produtividades do trabalho e conseqüentemente as taxas de lucros. Nesse contexto, os dados acima só reforçam os argumentos de Postone (2008) quando observamos que as taxas de crescimento da produtividade não alcançam o período anterior a década de 1970. Esta taxa decrescente da produtividade também pode ser relacionada com a redução do valor na produção, característica inerente da redução do trabalho produtivo e aumento do trabalho improdutivo na produção, fator decisivo da desvalorização do trabalho no capital financeiro.

Gráfico 2. Taxa de Crescimento Anual da Produtividade devido a Utilização da Força de Trabalho de 1971 – 2014 nos E.U.A.



Fonte: Elaboração Própria de acordo com dados da OECD, <https://data.oecd.org/fr/lprdy/productivite-et-utilisation-du-travail.htm#indicator-chart>.

Já o gráfico número 2 representa a taxa de crescimento anual da produtividade devido a utilização da força de trabalho. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) afirma que o crescimento da produtividade do trabalho é um indicador importante para avaliar a performance da Economia. Contudo, se um crescimento forte da produtividade do trabalho indica um aumento da utilização de capital e um ganho de eficiência, em uma situação contrária, a redução da utilização do capital e perdas em eficiência pode tornar o terreno da produção fértil para a estagnação da taxa de lucro.

Podemos perceber no Gráfico 2 uma redução na taxa do crescimento desde 1971 alcançando inclusive taxas negativas e não recuperando mais o seu período inicial. A série inicia com uma taxa de 3,75% chegando a 0,45% em 2014. Concluimos que a Economia norte americana experimentava em alguns momentos uma redução da força do trabalho em relação ao crescimento da produtividade. Tal fator é explicado pela redução da força de trabalho gerado pelo desenvolvimento tecnológico e reforça também a redução do trabalho produtivo na economia, ou seja, o capitalismo depende cada vez menos da força de trabalho para garantir a produtividade; porém, contraditoriamente, essa falsa independência produzirá seu próprio declínio. Este gráfico também serve como alicerce para os argumentos de Postone em relação a redução do valor na produção e posteriormente da desvalorização do trabalho.

Utilizaremos, agora, os dados elaborados pelo Andrew Kliman (2009) em seu artigo sobre o capitalismo de Estado e o novo New Deal, publicado pelo Fórum de Esquerda e suas conclusões sobre a lei do valor no artigo *The Disintegration of the Marxian School* publicado na revista *Capital and Classes*.

Apesar das divergências entre as comunidades de Economistas Marxistas e da Escola Marxiana, o autor é de grande importância para este trabalho, pois retoma a discussão da lei do valor como um fator de grande importância para análise da mais recente crise do capitalismo. Além disso, ele comunga com a ideia do Moishe Postone sobre a perda de produtividade da força de trabalho e da perda salário dos trabalhadores ao longo das últimas décadas. O autor atualiza a Lei tendencial da Queda da Taxa de Lucro relacionando-a com a redução do valor na produção, e reiterando o protagonismo da Lei do Valor no debate da crise do capitalismo. Segundo, Kliman (2010):

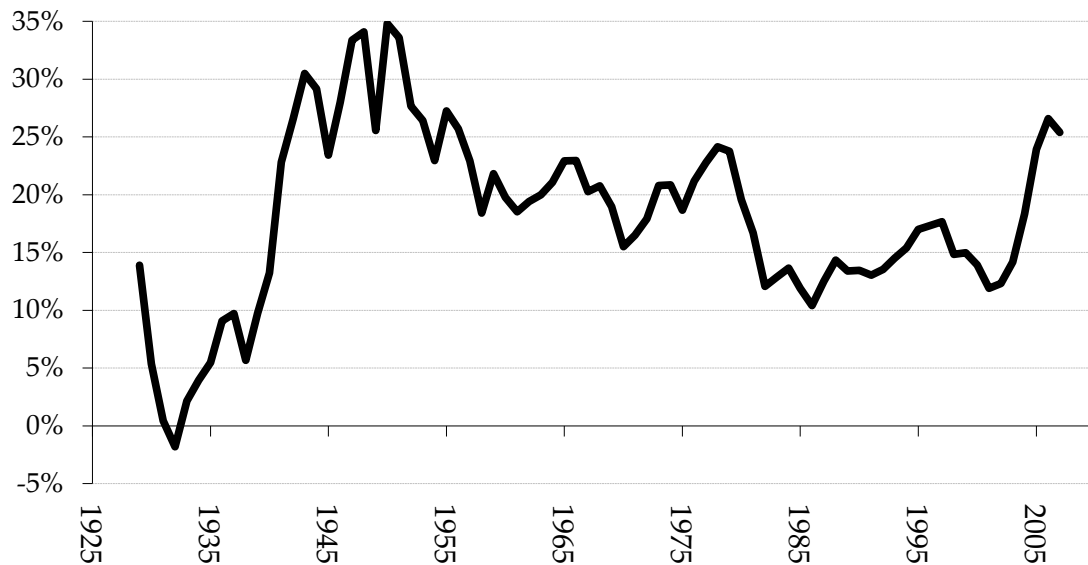
Primeiramente, parece óbvio para mim que a atual crise econômica tem feito a teoria do valor novamente importante e relevante, pelo menos a teoria do valor calcada no Capital de Marx, onde a teoria do valor e a teoria da crise são facetas de um todo inseparável (KLIMAN, 2010, p.1)

Para Kliman além da tendência da queda da taxa lucro, um outro conceito chave para o entendimento da crise é a destruição de capitais. Andrew Kilman (2009) diz que a taxa de lucro do longo prazo é demasiadamente menor, devido a sua tendência a cair, para sustentar um crescimento econômico sem a destruição de capitais. Ainda, segundo o autor:

A resposta, creio eu, é que a taxa de "longo prazo" do lucro - o nível para o qual a taxa de lucro tende a longo prazo, tudo o resto é igual - é cronicamente demasiado baixa para permitir uma taxa saudável de crescimento econômico. A taxa de longo prazo do lucro depende em parte a taxa de crescimento de mais-valia e, portanto, sobre a taxa de crescimento do emprego, mas esta última taxa for mantida pressionada pelo progresso técnico poupador de trabalho (KLIMAN, 2009, p. 3)

A política econômica traçada pelos economistas e políticos, é atribuída por Kliman (2009) como um fator de aceleração da crise, já que receosa com os efeitos da desestabilização do sistema financeiro e das mobilizações dos trabalhadores, retardam e impedem a destruição desses capitais. O autor defende que o capitalismo sob essa dinâmica nunca recuperou suas taxas de lucro desde o pós guerra. O gráfico 4 (abaixo) demonstra que após 1945 há uma tendência declinante da taxa de lucro da indústria americana, além de que determinadas elevações da taxa não alcançaram lucros obtidos nos períodos anteriores a década de 50.

Gráfico 4. Taxa de Lucro Nominal das Corporações dos EUA, 1929-2007 (Lucros antes de impostos em % do custo histórico dos ativos fixos).



Fonte: Andrew Kliman,

As representações desses gráficos, reforçam as conexões entre a desvalorização do trabalho e a crise financeira. Essa desvalorização se manifesta pelo crescimento do trabalho improdutivo, ou seja, do trabalho que não expande a produção de imediato e não produz valor. Nesse sentido, dois elementos são fundamentais para a desvalorização do trabalho. O primeiro consiste na redução do número de trabalhadores de forma congruente ao aumento da produtividade. Essa redução é justificada pelo desenvolvimento tecnológico, que, em relação ao capital global, aumenta o capital fixo e reduz o capital variável. Essa redução do capital variável provoca o que Marx denominou de tendência a queda da taxa de lucro, uma contradição inerente ao capitalismo, como citamos nos capítulos anteriores. O processo de concorrência capitalista tenciona ao avanço tecnológico, e, como forma de se manter no mercado, as empresas são obrigadas a adotarem uma corrida ao progresso tecnológico na tentativa de baratear a produção. Entretanto, o limite dessa política encontra-se no limiar das forças produtivas, revelando as contradições do sistema capitalista.

Outro fator que destacamos, é que a desvalorização do trabalho não se limita a redução da quantidade de trabalhadores na indústria privada, ela também pode ser representada pelo aumento do trabalho improdutivo nos últimos anos. O que observamos com os gráficos acima é que há migração da indústria privada para o setor de serviço. Essa é a principal característica de uma economia neoliberal, na qual o trabalho se expressa de forma improdutivo, e a mais valia precisa



ser extraída por outros meios, tais quais o endividamento. Este formato, apenas, amplifica a contradição expressa no lucro, pois o deslocamento das forças produtivas para outras formas de trabalho modifica a composição técnica do capital, reduzindo o capital variável e a massa de lucro retirado do processo produtivo.

Conclui-se que todo esse processo resulta na forma cada vez mais abstrata do sistema financeiro. Essa forma é revelada pelo comportamento do trabalho que aguça a crise econômica, já que ele retira a possibilidade do próprio capital se valorizar, quando esgota a chance de se explorar a mais valia, super produzindo capital e criando uma bolha gerado pelo capital fictício.

## 5 CONCLUSÃO

A sociedade capitalista se organiza em torno do trabalho, e o mesmo é determinado pela forma como o capitalismo se estruturou ao longo do seu desenvolvimento. Essa conexão determina as relações sociais que, por sua vez, são intermediadas pela formação da riqueza oriunda do trabalho. A riqueza é, então, a acumulação do valor que assume uma função social na sociedade capitalista, e que tem como único objetivo servir à valorização do capital hegemônico.

Como foi discutido, o trabalho no capitalismo é determinante nas relações sociais e o principal fator para que este modo de produção se desenvolva. Entretanto, percebemos que outros determinantes na reprodução do trabalho influenciam na estabilidade da economia capitalista, sendo eles: o desenvolvimento tecnológico e superprodução de capital.

O desenvolvimento tecnológico é um fator contínuo no capitalismo, ele gera o quantum de trabalho produtivo que é dispendido na produção. Sob tal influência, a tecnologia torna-se um elemento determinante do valor, deixando de ser apenas um fator técnico para assumir um importante condicionante social. Nesse aspecto o valor extrapola a produção e transformar-se em uma função presente tanto no consumo quanto na distribuição.

Portanto, na medida em que a produção estreita uma dependência da tecnologia, o valor vai se tornando cada vez mais uma categoria distante da produção, ou seja, a economia capitalista se desenvolve sob a perda do valor. Esse processo reflete a mudança de um padrão industrial produtivo para um financeiro improdutivo.

O crescimento do capital variável evidencia suas contradições, dentre elas a tendência a queda da taxa do lucro, que, entre outros fatores, provoca o crescimento do trabalho improdutivo. Tanto a tendência a queda da taxa de lucro como o crescimento tecnológico, produzem o mesmo efeito, a incapacidade de se extrair a mais valia do trabalho. Esses dois fenômenos não são totalmente distintos, mas é preciso destacar que enquanto a tendência a queda da taxa é um fator contínuo, o crescimento do trabalho improdutivo tem um caráter específico na história.

O crescimento do trabalho improdutivo também pode ser compreendido como um resultado da predominância de um capital financeiro que, em uma economia especulativa, necessita muito mais

da venda de imagens e de serviços, do que da própria indústria produtiva. Até mesmo a indústria produtiva, além de investir na sua produção, obrigatoriamente precisa investir nos dois elementos já citados com o fim de obter lucro.

Nesse contexto de ampliação do trabalho improdutivo, e impossibilitado de recorrer a apropriação da mais valia de forma direta, o Capitalismo criou mecanismos de endividamento que podem ser definidos como formas de apropriação da remuneração do trabalho improdutivo. Um desses mecanismos é o sistema de crédito, que nada mais é do que uma contra tendência a queda da taxa de lucro - ele não anula essa lei, apenas a desacelera. Com isso, um dos pontos relevantes para a compreensão da crise econômica de 2008 é a redução do valor trabalho ou do trabalho que produz valor, e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalho, que tornou-se um dos elementos responsáveis por desestabilizar a economia.

Deve-se destacar ainda que a crise econômica de 2008 evidenciou a articulação do sistema financeiro a nível internacional. A mobilidade de capital e o fator tecnológico foram decisivos para que o sistema financeiro interagisse em conjunto com um volume cada vez mais rápido de informação gerada em favor da especulação.

Por fim, o último elemento que descrevemos como importante para a compreensão da crise econômica de 2008 é a superprodução de capitais, consequência do avanço constante do capital fixo na produção econômica. Ao longo do desenvolvimento da economia capitalista, foi-se produzindo grande quantidade de capital oriundo do desenvolvimento tecnológico. Parte desse capital não foi consumido na produção, ocorrendo uma acumulação do mesmo e gerando uma superprodução de capitais. Portanto, uma economia financerizada tem como base capitais não consumidos ao longo do crescimento econômico, e os não destruídos durante as crises anteriores do capitalismo. Neste contexto, a produtividade tende a ser afetada pois além do trabalho ter se tornado improdutivo, o capital circula em excesso; resultando em crises econômicas, como a ocorrida em 2008.

Encontramos então um pilar para a crise econômica preenchida por duas principais variáveis a desvalorização do trabalho e a superprodução de capitais. Superar o capitalismo e a crise econômica é também encontrar respostas para estes dois problemas crônicos do sistema. Entretanto, ambas dificuldades podem ser a solução para desconstruir o atual sistema financeiro. O

desenvolvimento tecnológico não pode ser visto como um inimigo a ser combatido, ao contrário, é necessário ser estimulado. Mas, seu incentivo não pode vir desacompanhado de uma análise crítica da sua formação, afinal é parte das relações sociais capitalista. Já a superprodução de capitais é inerente ao sistema e enquanto houver esse modelo de produção a tendência é produzir sempre mais capital do que a economia pode absorver.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Michel; LIMA, Gilberto; TADEU, Canuto Otaviano. Determinantes das Decisões Locacionais da atividade financeira; **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 16, n 2, p. 10-22, maio/agost. 2006.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em:  
<<http://www.bea.gov/iTable/iTable.cfm?ReqID=9&step=1#reqid=9&step=1&isuri=1>>. Acesso em 05/05/2015.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **As raízes da crise Econômica mundial**. Disponível em:  
<[www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)>. Acesso em 03/04/2015.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dumenique. Neoliberalismo – Neo - Imperialismo. **Economia e Sociedade – Campinas**, n. 16, p. 1-19, 2007.

HARMAN, Cris. **A taxa de Lucro e o mundo Atual**. Disponível em:< [www.marxist.org](http://www.marxist.org)>. Acesso em 05/04/2015.

HARVEY, David. **Para Entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KARL, Marx. **Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. v. 3, Tomo I: Crítica da Economia Política.

KARL, Marx. **Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. v. I: Crítica da Economia Política.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à Teoria Econômica**. Rio de Janeiro: 1975.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: 2014.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria Marxista do Valor**. São Paulo: 1987. Coleção Teoria e História

POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. **Novos estud. - CEBRAP**, n.81, p. 79-97, 2008.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTAL DA CONTABILIDADE. Disponível em  
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=precatórios03>>. Acesso em 05/05/2015.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista**. Rio de Janeiro. Abril Cultural, 1983. Série os Economistas.

STATE OF WORK AMERICA. <<http://www.stateofworkingamerica.org/subjects/jobs/>>. Acesso em 05/05/2015.